

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

IRMANDADES RELIGIOSAS DE NEGROS DE PARACATU/MG:
ESCRAVIDÃO E LAÇOS SOCIAIS. SÉCULO XVIII.

FABIANA SILVA BARROS

Uberlândia/MG

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

IRMANDADES RELIGIOSAS DE NEGROS DE PARACATU/MG:
ESCRAVIDÃO E LAÇOS SOCIAIS. SÉCULO XVIII.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Mara Regina do Nascimento.

Uberlândia/MG

2017

FABIANA SILVA BARROS

**IRMANDADES RELIGIOSAS DE NEGROS DE PARACATU/MG:
ESCRAVIDÃO E LAÇOS SOCIAIS. SÉCULO XVIII.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mara Regina do Nascimento (orientadora)

Prof. Me. Durval Saturnino Cardoso de Paula
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Prof. Me. Jeremias Brasileiro da Silva
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Resumo

Neste trabalho procuramos analisar a escravidão em Minas Gerais e em Paracatu, por meio de duas associações religiosas, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu e a Irmandade do Glorioso São Benedito, que agrupavam, em sua maioria homens e mulheres pretos cativos, pretos livres e mestiços. Buscamos perceber o papel dessas irmandades naquela sociedade, assim como entender a motivação que levava os sujeitos daquele período, principalmente escravos, a se inserirem em uma irmandade. Para esse entendimento é necessário compreender a escravidão em Minas Gerais no período de extração de ouro, perceber o quão grande era o número de escravos nessa capitania e a forma de inserção destes na sociedade, através da entrada em uma irmandade, que, além de sociabilidade, oferecia auxílios principalmente nos momentos de dificuldade e da morte, que era um aspecto com um forte símbolo nas culturas africanas. Visto isso, exploramos a estrutura que sustentava essas duas associações, suas ferramentas financeiras, seus Livros de Compromisso, sua responsabilidade para com os irmãos, suas festas, suas atitudes diante da morte e os laços construídos pelos sujeitos que nelas se inseriam.

Palavras-chave: irmandades religiosas, Paracatu, escravidão.

Sumário

Agradecimentos.....	6
Introdução	7
Capítulo 1. Colonização portuguesa e trabalho escravo.....	11
1.1. Agente Histórico	17
1.2. Miscigenação.....	18
1.3. Alforrias	20
1.4. Meios usados pelos escravos para comprar a alforria	20
Capítulo 2. Escravidão na Capitania de Minas Gerais	25
2.1. Distribuição dos Escravos em Minas Gerais	27
2.2. Origem Étnica	28
2.3. Casamento Escravo	29
2.4. Trabalho nas Minas de Extração de ouro	30
Capítulo 3: Paracatu e suas Irmandades: “ <i>Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu</i> ” e “ <i>Irmandade do Glorioso São Benedito</i> ”	33
3.1. A cidade de Paracatu	33
3.2. A Igreja	41
3.3. Política Pombalina e as Irmandades Religiosas	42
3.4. Irmandades Religiosas na cidade de Paracatu	45
3.4.1. Organização interna e administração das Irmandades de Paracatu: análise da documentação primária.	46
3.4.2. O sustento financeiro das Irmandades	50
3.5. Morrer entre Irmãos	52
3.5.1. A Morte	54
3.5.2. Ritos Fúnebres	55
3.5.3. Testamentos	58
3.6. Festas	59
Considerações Finais.....	64
Referências Bibliográficas	66
Anexos.....	68
1. Anexos de alguns capítulos do Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu.....	68
2. Anexos de alguns capítulos do Livro de Compromisso Irmandade do Glorioso São Benedito.	75

Agradecimentos

A caminhada até aqui não foi nada fácil, mas tive a sorte de ter pessoas maravilhosas ao meu lado e que não me deixaram desistir do que almejei, pessoas que merecem minha gratidão.

Quero agradecer aos meus pais e toda minha família, sem eles eu jamais conseguiria chegar até aqui, toda a dedicação, carinho, atenção e apoio sem medir esforços. Aos meus pais, pessoas que são minha inspiração e meu suporte, que se sacrificaram para que eu pudesse estudar e ter uma boa educação, a vocês dedico essa vitória, e agradeço por tudo que me proporcionam. Mãe, pelas palavras de força. Pai, pelos dias trabalhados de baixo do sol quente. Eu consegui!

Aos meus amigos por todo companheirismo ao longo dessa jornada, pessoas que se tornaram minha segunda família e que quero levar para o resto da minha vida, e que, nos momentos de dificuldades, me ajudaram e me motivaram para que eu não desanimasse. Quero agradecer não só por nossas boas horas de reflexão e estudos, mas também companhia nas festas, nas confraternizações e pelos momentos de felicidade que acompanharam minha vida de estudante.

Aos meus professores, que foram muito importantes no meu aprendizado e no meu crescimento enquanto estudante. Cada um de vocês contribuiu de algum modo na minha educação e na minha vida, aprendi muito na sala de aula e na convivência em cada projeto de pesquisa. Minha participação na equipe do LEAH (o Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História da UFU) foi essencial para a elaboração deste trabalho, lá tive um ambiente de estudos e ajuda de vários amigos e professores, ou até conselhos, que levarei para a vida. Muito obrigada, mestres!

Aos funcionários da coordenação do curso de história, que com muita atenção sempre procuraram resolver meus problemas burocráticos e sanar dúvidas, e também funcionários do arquivo público de Paracatu, que sempre reviravam caixas em busca de documentos que serviriam de apoio para minha pesquisa.

Foram vários colegas, familiares, professores que me ajudaram até aqui, vocês foram muito importantes, obrigada!

Introdução

No primeiro dia da aula da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em História, sexto período, deveríamos escolher nosso tema para o pré projeto de monografia. Naquele dia minha única certeza era a de que faria meu projeto sobre a cidade onde nasci e cresci, Paracatu. Sem saber sobre o que falar e sem conhecer as riquezas documentais existentes naquela cidade fui ao arquivo e olhei alguns livros, trabalhos e fotos sobre a cidade, ainda estava sem um tema em mente, quando olhei para uma parede e vi um “banner” da reprodução da folha inicial do Compromisso da Irmandade do Rosário que existiu naquela cidade, o documento me despertou a atenção.

Já havia tido contato com uma pesquisa sobre irmandades em uma aula de História do Brasil I com a Professora Mara Regina, gostei da temática e saber que aquilo que tinha lido no texto de Mariza de Carvalho Soares¹ havia existido onde vivi e eu não sabia, me fez querer saber mais, pesquisar, ver documentos. Pronto! Tema decidido, seriam as Irmandades, que mais a frente se tornou uma pesquisa sobre duas irmandades, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu e a Irmandade do Glorioso São Benedito, e para auxiliar minha pesquisa a Prof. Mara me concedeu a documentação que tinha sobre as irmandades, as fotografias dos livros de Compromissos, o que ajudou bastante e fez meu trabalho crescer.

O início da pesquisa foi extremamente difícil, mesmo com o auxílio da minha orientadora, Prof. Mara, pois eu não sabia direito como fazer, apenas sobre o que fazer. Foram lidos inúmeros textos, estudos no arquivo até que a pesquisa tomasse forma e eu conseguisse entender meu objeto, que eram as irmandades, por que e onde existiram. Cada leitura eu me interessava ainda mais pelo tema e sabia que havia escolhido o objeto e a orientadora certos.

Mesmo com alguns documentos digitais disponíveis, sempre que possível fui ao arquivo Municipal de Paracatu, chamado Olímpio Michael Gonzaga, com inauguração em 1994, para encontrar mais fontes. Lá encontrei pessoas sempre à disposição, principalmente o diretor e arquivista Carlos Lima que quando encontrava algo sobre a temática entrava em contato. O acesso aos documentos no arquivo é livre, é necessário

¹ SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: Identidade étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000. p.133-161.

apenas usar luva e máscara, nenhum dos documentos sobre as irmandades está restaurado, o códice das irmandades, único de que tive acesso, está muito deteriorado; sobre os livros de compromissos das irmandades, não foi possível saber onde estão localizados, se estão no museu ou no próprio arquivo.

Para qualquer tipo de pesquisa historiográfica o essencial é a leitura, e para que eu conseguisse me localizar dentro da temática irmandades, dediquei longas horas à leitura de textos sobre irmandades de negros, sobretudo o que envolviam esses grupos, suas estruturas, quem participava, tipo de associação, que ações empregavam, etc. E para isso foram essenciais autores como João José Reis, e sua obra “A Morte é uma Festa” o qual apoiou bastante minha pesquisa nas questões relativas às festas e à morte, que simbolizavam muito da cultura africana. Com Caio Boschi iniciei minha pesquisa. Entretanto, como foi um dos pioneiros nessa temática, autores depois dele trouxeram muita atualização, mas mesmo assim ele continua obra referência e estará muito presente aqui. Antônia Aparecida Quintão também será muito importante no entendimento da estrutura das irmandades, sua pesquisa é muito rica em dados e documentos, Marina de Mello e Souza será um grande suporte para se pensar a questão da identidade das comunidades negras e a necessidade de adaptarem a cultura africana na colônia.

Acredito que esses e outros autores enriquecerão muito esta pesquisa, cada um colaborará muito com seus extensos estudos. Após entender as irmandades como agentes históricos tão marcantes naquela sociedade, Russel-Wood, com sua obra “Escravos e Libertos no Brasil Colonial” será importante na compreensão do sistema escravista, como se verá no decorrer do trabalho.

E para falar de irmandades existentes em Paracatu foi necessário, falar sobre a cidade, sua história, seu surgimento no contexto colonial, etc. Esta foi a parte, do ponto de vista historiográfico, mais difícil da pesquisa, conseguir fontes sobre a cidade. Inicialmente consegui a obra de Oliveira Mello, que possui vários trabalhos sobre a cidade, mas era preciso ter outros pontos de vista, foi então que na biblioteca pública de Paracatu consegui outra obra, elaborada por Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho, que enriqueceu ainda mais meu conhecimento e minha pesquisa sobre a inserção de Paracatu no “ciclo do ouro”. E, por último, a pesquisa de Auguste de Saint-Hilaire muito descritiva sobre sua visita a Paracatu, que é bastante utilizada nos estudos sobre a cidade.

Deste modo, trarei todos estes autores citados acima e tantos outros de muita importância para este campo de estudo além das fontes primárias que serão aqui analisadas. Os Livros de Compromissos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito e o Códice da Irmandade do Rosário formam o corpo documental principal dessa pesquisa. O primeiro documento é um estatuto, que traz todas as propostas da irmandade, direitos e deveres dos associados, estruturas internas, etc. O segundo são registros de bens que a irmandade possuía, dados sobre as eleições de Reis e Rainhas e pessoas que comporiam a Mesa Administrativa. Ao longo do trabalho descreverei o que significam tais cargos e a qual a importância dos Reis e Rainhas nas irmandades. Em todos os trechos citados farei a atualização ortográfica dos documentos para uma melhor compreensão.

Este trabalho pretende tratar sobre as irmandades de negros de Paracatu no período da escravidão, que serão abordadas com mais vagar no último capítulo. As confrarias se dividem em irmandades e ordens terceiras, a diferença é que o segundo grupo é subordinado as ordens religiosas, franciscanos, por exemplo. Irmandades religiosas são instituições formadas por leigos em devoção a um santo, mas que envolviam vários outros interesses, inclusive o agrupamento por etnias.

Esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo farei uma breve contextualização sobre o lugar se inseriam as irmandades no desenvolvimento econômico, político e social da colônia no longo processo de efetiva colonização e a chegada de novos moradores à procura de riquezas que Paracatu e Minas Gerais poderiam oferecer. O crescimento da colônia relaciona-se a busca pela mão de obra, sobretudo escrava africana e em menor intensidade pela indígena. Afirmada a escravidão negra, refletirei baseada em alguns autores como Sheila de Castro Faria a questão do escravo enquanto sujeito histórico ativo e definidor de suas escolhas e posteriormente a miscigenação, a relação entre brancos e negros e o alto grau de miscigenação existente principalmente em Minas Gerais, e por último discutirei sobre os recursos utilizados pelos escravos e escravas para conseguirem sua carta de alforria.

No segundo capítulo, ainda sobre a questão da escravidão, mais restrita à Minas Gerais, no contexto que se inseria as irmandades de Paracatu, procurarei desenvolver sobre distribuição dos escravos pelas regiões mineiras, as origens étnicas daquela população que chegava a ser maior que a branca presente na capitania. E, por último, tratarei sobre o trabalho de extração de ouro, às várias doenças que os escravos, mas também senhores que trabalhavam no mesmo ambiente estava expostos, o árduo esforço

físico que lhes era cobrado e a má alimentação que lhes forneciam, muitas vezes composta por alimentos estragados.

O terceiro e último capítulo será constituído de uma reflexão sobre as irmandades religiosas em Paracatu, abrangendo todo esse contexto mencionado acima e com base na bibliografia proposta anteriormente, a fim de refletir sobre o que era uma irmandade, sua estrutura, direitos e deveres dos irmãos. Antes disso, discorrerei sobre Paracatu, as discussões que giram em torno de seu desenvolvimento e a questão do ouro presente naquela vila no período colonial. No capítulo discutirei ainda, com base na documentação e bibliografia, a proposta das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito com os associados e alguns conflitos que permeavam aquelas associações, seu sustento e sobrevivência financeira, como eram importantes agentes da administração da morte e o papel que desempenhavam na promoção da festa de seus oragos, festas essas segundo João José Reis, quase um carnaval, por terem em seus componentes muita comida e bebida.

Capítulo 1. Colonização portuguesa e trabalho escravo

Este capítulo tratará, sobretudo, da escravidão no Brasil e em Minas Gerais, mas antes de adentrar no tema propriamente dito, farei considerações sobre a colonização portuguesa, de acordo com as considerações de Boris Fausto. O autor traz a História do Brasil de forma clara e sucinta, possibilitando ao leitor um fácil entendimento da abordagem feita. Para este breve esboço utilizei o capítulo “O Brasil Colonial (1500-1822)” do livro “História Concisa do Brasil”, no qual o autor apresenta desde a expansão marítima ao fim do período colonial. Baseando-se neste autor é possível ver a escravidão de uma forma ampla, mas sem deixar de abordar o que afeta os principais pontos deste sistema. A partir de Boris Fausto tratarei primeiramente a escravidão de forma mais objetiva, para depois aprofundar-me em alguns pontos, utilizando outros autores. Através do mesmo autor também pode-se estabelecer uma visão da América Portuguesa e seu desenvolvimento, até se tornar uma colônia com um sistema escravista africano.

Em vista disso, de acordo com Boris Fausto o “achamento” do Brasil não causou tanto entusiasmo a Pedro Álvares Cabral quanto a Vasco da Gama quando de sua chegada à Índia. O novo lugar era visto como uma terra desconhecida, prevalecendo por anos o pensamento de que não se passava de uma grande ilha. No início o lugar ficou conhecido como Terra dos Papagaios, devido à presença de índios, papagaios e araras, chamados pelo autor de atrações exóticas. Logo depois foi chamado pelo Rei Dom Manuel de Vera Cruz, e posteriormente Santa Cruz. Já o nome Brasil começou a aparecer por volta do ano de 1503, nome que foi associado por uma de suas maiores riquezas naquele período, o pau-brasil.

Inicialmente a investida na exploração do litoral brasileiro se baseou no sistema de feitorias, e por três anos ficou arrendada para comerciantes de Lisboa, liderados por Fernão de Noronha que tinha como obrigação todos os anos enviar seis navios e explorar trezentas léguas ou aproximadamente dois mil quilômetros da costa e construir uma feitoria. Em 1505, quando o arrendamento acabou, a Coroa tomou para si a exploração da colônia.

Desta forma, entre os anos 1500 a 1535 a principal atividade econômica exercida era a extração de pau-brasil, que era adquirido através de trocas com os índios. O pau-brasil tinha sua madeira utilizada nas construções de móveis e navios, devido sua alta resistência, já seu cerne era utilizado como corante. Essas árvores cresciam em regiões

dispersas, e era uma tarefa comum, por exemplo, para a tribo tupinambá a retirada dessas árvores de forma coletiva. Além do pau-brasil, os índios forneciam farinha de mandioca para os europeus em troca de tecidos, facas, etc.

Os franceses também ficaram interessados no comércio do pau-brasil, o que foi uma grande ameaça a Portugal sobre a posse das terras brasileiras. Boris Fausto ressalta que a “França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentado a princípio do *uti possidetis*, segundo o qual era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse”². Em consequência do medo de invasões, a Coroa viu a necessidade de criação de medidas para colonizar as novas terras.

Colonização esta que foi simbolizada e efetivada com a expedição de Martin Afonso de Sousa (1530-1533), o que Boris Fausto considera também como uma transição entre o velho e o novo período. O objetivo era “patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não hereditária de terras aos povoadores que trazia e explorar a terra tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação”³.

No ano de 1534 D. João III criou as capitanias hereditárias, e há indícios que Martin Afonso ainda se encontrava no Brasil. Com as capitanias hereditárias o Brasil foi dividido em quinze territórios por linhas paralelas ao Equador, esses territórios foram confiados aos intitulados capitães donatários, que variavam entre pessoas da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, todos tinham ligações com a Coroa.

Os capitães donatários tinham alguns poderes sobre suas capitanias e também deveriam obedecer algumas regras, entre elas não vender ou dividir sua capitania, o que era do poderio do rei, ou seja, os donatários eram possuidores das terras e não proprietários. De acordo com Boris Fausto os donatários:

A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica e na arrecadação de tributos como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar, de moinhos de água, assim como o uso de depósitos de sal, dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração do pau-brasil, de metais preciosos e dos derivados da pesca, cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, tinham o monopólio da justiça e autorização para fundar vila, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando⁴

Boris Fausto aponta que pouquíssimas capitanias prosperaram, apenas as capitanias de São Vicente e Pernambuco fugiram do fracasso, o qual se deu pelos

² FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. EDUSP, São Paulo, 2002, p.18.

³ Idem, Ibidem.

⁴ Idem, p. 19.

próprios conflitos internos, inabilidade e conflitos com tribos indígenas. Já a prosperidade foi fruto das capitanias que “combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas”⁵. Aos poucos as capitanias voltaram para a Coroa através da compra, assim elas passaram a pertencer ao Estado, não sendo mais privadas, mas públicas.

Posto isso, foi decisão de Dom João III instaurar o governo geral do Brasil em um momento que Portugal passava por algumas situações desfavoráveis, entre elas o declínio dos negócios na Índia e derrotas militares no Marrocos. Estabelecido o novo governo, em 1549 foi enviado ao Brasil Tomé de Sousa, o primeiro governador geral. Para Boris Fausto a decisão deste novo governo significou um grande desenvolvimento para a administração da colônia, visto que o fracasso das capitanias mostra o quanto era precária a administração da colônia.

Tomé de Sousa chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas e trazia consigo instruções com o propósito de garantir a posse do território brasileiro e sua colonização permanente e com êxito, um dos principais objetivos era a organização de rendas para a Coroa e para o cumprimento dessas orientações foram criados alguns cargos, sendo os principais o de “ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação”⁶. Porém, em meados do século XVI o Brasil poucas riquezas oferecia a Portugal, eram arrecadas riquezas pouco consideráveis se comparada à Índia.

Entre as mil pessoas que vieram com o governador geral estavam os primeiros jesuítas que vinham com a intenção de catequizar os índios e instruir o pequeno clero que já existia na colônia. Então, no ano de 1533 foi criado o bispado de São Salvador que era sujeito ao arcebispado da Bahia, dessa forma, instituindo uma proximidade entre Estado e Igreja. Conforme Boris Fausto, a instauração do governo geral do Brasil estabeleceu um centro administrativo na própria colônia, e mais tarde seria construída por Tomé de Sousa a primeira capital do Brasil, Salvador.

É a partir deste momento que a colonização portuguesa começa a se solidificar, e assim a colônia começou a ser importante no comércio de alimentos e minérios com os europeus, o que para Boris Fausto era uma característica básica das colônias na América Latina no geral. Sobre esse aspecto ele assinala:

⁵ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. EDUSP, São Paulo, 2002, p.20.

⁶ Idem, ibidem.

A política da metrópole consistirá no incentivo à empresa comercial com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala, assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria atender aos interesses de acumulação de riqueza na metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha controle dos circuitos comerciais na Europa, nas mãos de espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia europeia.⁷

É sobre essa perspectiva, a de produção em larga escala e do trabalho compulsório que o autor traz a questão da escravidão e uma possível justificativa para a escolha deste tipo de trabalho, ao invés do assalariado “uma resposta sintética consiste em dizer que nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semidependentes ou assalariados, nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização”⁸ visto que seria difícil manter uma grande propriedade com trabalhadores assalariados uma vez que eles “podiam tentar a vida de outra forma, criando problemas de fluxo adequado de mão-de-obra mercantil”⁹.

Antes discutir a escravidão negra o autor questiona sobre a preferência desta, e não da indígena. Boris Fausto demonstra vários fatores que influenciaram nessa escolha, entre eles o fato de o tráfico se mostrar uma forma muito propícia à acumulação de riquezas e a própria atração exercida pelo comércio negreiro. Entretanto, o autor ressalta que a escravidão indígena teve certa inconveniência, para ele os “índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus”¹⁰, mas, esclarece que os índios não eram preguiçosos, apenas produziam o necessário para sua sobrevivência, ou seja, para a cultura dos povos indígenas era desconhecido o trabalho ininterrupto. A questão das doenças também era motivo de a economia não pensar na escravidão de índios, muitos foram mortos por doenças como gripe, varíola, sarampo, pois nunca haviam tido contato com elas e consequentemente não tinham defesa biológica.

Além disso, tem-se a particularidade da resistência indígena, que enfrentaram senhores com guerras, fugas e a própria recusa ao trabalho, porém, de acordo com Boris Fausto é um equívoco dizer que os negros não resistiram, para o autor, um dos fatores que limitaram os negros é que os indígenas tinham mais meios para reagir, pois os

⁷ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. EDUSP, São Paulo, 2002, p.21.

⁸ Idem, p.22.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Idem, p.24.

africanos haviam sido arrancados de suas vidas e inseridos em um território totalmente desconhecido, enquanto os índios estavam em suas casas.

Deste modo, aproximadamente em 1570 a Coroa começou a estimular a importação de africanos e tomou providências, através de leis para proteger os índios da escravidão e coibir a mortes violentas dos indígenas, contudo as leis eram burladas sem dificuldades e muitos índios foram escravizados, cuja justificativa era “escravizavam-se índios em decorrência de ‘guerras justas’, isto é, guerras consideradas defensivas; como punição pela prática de antropofagia”¹¹. Apenas em 1758 a Coroa libertou definitivamente todos os índios que estavam em condição de escravo, porém Boris Fausto afirma que muito antes essa escravidão já havia cessado, devido às dificuldades citada acima, a proteção da igreja e a solução alternativa para mão de obra.

Em consequência disso, o tráfico de africanos se fortaleceu, os portugueses antes de chegarem as terras brasileiras, já no século XV tinham começado o tráfico de africanos e conheciam bem o valor mercantil de um escravo. Assim, no século XVI o sistema desse comércio já estava estruturado e vinha mostrando sua lucratividade e benefício, pois os negros eram muito habilidosos em relação ao trabalho, sobretudo sua atuação na atividade açucareira se mostrava extremamente rentável; Boris Fausto salienta que muitos destes escravos descendiam de uma cultura em que era comum o trabalho com ferro e a criação de gado, fazendo que sua predisposição a produção fosse superior a do indígena.

A. J. R. Russell Wood menciona que os escravos que foram trazidos para o Brasil no fim do século XVI foram comprados, em sua maioria, na Senegâmbia, na Guiné-Bissau e nas ilhas de São Tomé e Príncipe. O autor conta que mais tarde o comércio mudou-se para o sul, antigo Reino do Congo, depois de 1575 foi transferido para Angola “onde a fundação de Luanda permitiu uma travessia marítima mais curta para os portos brasileiros (Pernambuco, 35 dias; Salvador, 40; Rio de Janeiro, 50)”¹² o comércio com angola se estendeu até o século XVII. Boris Fausto aponta que as regiões de onde adivinham os africanos dependiam da própria organização do tráfico, das condições locais da África e em um nível menor, pela preferência dos senhores.

Russel-Wood revela que os comerciantes baianos negociavam diretamente com os sudaneses da Costa do ouro e do Golfo Benim, pois estes preferiam a troca de

¹¹ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. EDUSP, São Paulo, 2002, p. 23.

¹² RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.53.

escravos com o fumo produzido em Salvador, assim, negociando diretamente não precisavam dos mercadores de Lisboa.

Com relação ao tráfico em importação de africanos o autor Boris Fausto diz:

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo – região que circunda Salvador. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao golfo de Benim, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Costa da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia com a descoberta das minas de ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento urbano da cidade a partir do século XIX.¹³

O autor ressalta que o maior número de angolanos foi trazido ao Brasil no século XVIII, chegando 70% do total de escravos trazidos da África naquele século. Russell Wood assinala que esse aspecto pode ser comprovado através da forte presença de escravos que falavam banto, grupo linguístico o qual pertencia Angola.¹⁴

Como dito anteriormente os escravos negros e africanos não foram passivos diante da situação que lhes foi imposta, eles resistiram através de fugas individuais ou em grupos, agressões contra seus senhores e através dos quilombos, onde “recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas”. Em vista disso, Boris Fausto afirma que mesmo os escravos negros e africanos adquirirem meios de resistência eles não tiveram condições suficientes de desestabilizar o sistema e o trabalho compulsório, vendo-se obrigados a adaptar-se a ele, porém isso não quer dizer que aceitavam essa condição.

E, por último, por meio de Boris Fausto, gostaria de destacar sua menção sobre a posição da Coroa e a Igreja sobre a escravização do negro, segundo o autor ambos não se opuseram, mas se justificaram sobre e até mesmo algumas Ordens Religiosas foram proprietárias de escravos. Entre os argumentos que justificaram a escravidão acreditava-se que ela era uma “instituição já existente na África, e assim apenas se transportavam cativos para o mundo cristão onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião”¹⁵, também se considerava o negro como um ser inferior, criaram-se teorias para reforçar o preconceito, como o estudo de crânios.

¹³ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. EDUSP, São Paulo, 2002, p.25.

¹⁴ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.53.

¹⁵ FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. EDUSP, São Paulo, 2002, p.26.

1.1. Agente Histórico

Com base na pesquisa de Sheila de Castro Faria pode-se trazer a discussão sobre o escravo enquanto agente histórico ativo, ela mostra que esse estudo observa o cativo e sua atuação na construção de sua própria história de vida. Ela conta que por um tempo os historiadores aceitavam a ideia de que escravos foram passivos diante a dominação dos senhores, e se tornavam ativos apenas quando agiam contra o sistema escravista, com os quilombos, por exemplo. Dessa maneira, a partir da década de 1980 os trabalhos sobre escravidão começaram a revisar os estereótipos de escravos e senhores, com a atenção voltada principalmente aos comportamentos do escravo e sua relação com o senhor e observando algumas fontes percebeu-se a atuação do escravo como passivo ou como o quilombola-herói, ou seja, dois extremos.

Desta forma, Sheila de Castro Faria afirma que:

Na realidade, historiadores comprovam que, apesar de o escravo ser identificado nos escritos oficiais e relatórios de cronistas e viajantes como mercadoria, sinônimo de ‘coisa’, eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam cotidianamente. Nesta abordagem, o escravo deixa de ser um agente passivo e se transforma num agente ativo. Ele foi, também, construtor de sua história, muitas vezes à revelia do senhor.¹⁶

Assim, a autora mostra o escravo enquanto produtor da sua própria história, eles tinham determinadas opções de escolhas de vida, como a escolha de cônjuges ou relações de parentesco, se tornando um agente ativo, uma vez que nesses aspectos os senhores nem sempre interferiam. A respeito do casamento e batismo, teoricamente segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia não dependiam da permissão do senhor. Contudo, Sheila de Castro Faria ressalta que nem todos tinham as mesmas possibilidades para a construção de uma identidade e isso diverge dos estereótipos estabelecidos para escravos.

O ser escravo ia além de trabalhar, comer e dormir acorrentado, Sheila de Castro Faria evidencia que era algo bem mais complexo, o escravo em seu dia a dia “trabalhava, comia, amava, odiava, convivía intimamente com os livres, comercializava, andava por caminhos e rua, conversava, tramava, etc.”¹⁷ Fica claro que a comunidade escrava não era fechada em si mesma. Assim, existiam hierarquias para as ações dos

¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1998, p. 291.

¹⁷ Idem, *Ibidem*.

indivíduos, mas isso não impedia a relação de escravos com livres ou libertos, sendo brancos, pardos, índios, mulatos ou mesmo negros, em diversas formas de relação.

Partindo de Eduardo França Paiva é pertinente ressaltar o que ele apresenta sobre o escravo enquanto agente histórico:

Cabe ressaltar outra vez que a escravaria renitente constituía-se de agente históricos responsáveis pela conformação do universo de suas relações pessoais e da sociedade onde encontravam-se inseridos. A massa de indivíduos violentamente explorados jamais aceitou degradação da condição humana. Por isso resistiu das mais variadas maneiras, fugindo, matando, agredindo, mantendo as tradições culturais ou adaptando-se ao sistema, o que muitas vezes foi indevidamente tomado como alienação.¹⁸

Vê-se a partir do trecho que a coisificação imprimida ao escravo lhe tirava sua humanidade, e conseqüentemente suas ações de escolhas e resistências, anulando assim sua percepção de agente histórico e agenciador de sua vida escrava e a própria relação com os senhores, o que era bem diferente na realidade. Sheila de Castro Faria¹⁹ salienta que os negros não queriam a escravidão, entretanto, quando inseridos nela não se tornaram meros fantoches dos senhores, e no que lhes foi possível criaram uma identidade à revelia do sistema e seus senhores, mesmo que limitada.

1.2. Miscigenação

Observando a população colonial é possível perceber que o número de escravos, pessoas livres e o grau de miscigenação variavam de região para região ou período; como os escravos trazidos da África para trabalhar nas plantações de cana de açúcar no nordeste do país eram os pilares desta economia, entre os séculos XVI e XVII a maioria dos escravos vivia na Bahia, Pernambuco e, uma minoria no Rio de Janeiro. Outros poucos iam para cidades interioranas para trabalhar nas criações de gado no nordeste, porém a descoberta de ouro em Minas Gerais mudou o cenário da economia agrícola para a extração de minérios e “transformou radicalmente a base agrícola conservadora, patriarcal e estável economia brasileira”²⁰, e, de acordo com Russel-Wood os brancos, negros e mulatos partiram para as regiões mineradoras em busca de

¹⁸ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. Annablume, São Paulo, 1995, p.99.

¹⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1998.

²⁰ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 55.

ouro, e a população escrava de minas gerais que era de 33 mil no ano de 1717, passou para 50 mil em 1723 e para 96 mil em 1735²¹, ou seja, um crescimento relevante.

A miscigenação era muito presente nessas áreas de grande importância econômica, pois o escravo era essencial nas áreas de *plantation* e mineração, por exemplo. A mistura de etnias pode ser justificada principalmente pela insuficiência de mulheres brancas em idades de se casar na colônia, que pode ser explicado em dois fatores de acordo com Russell-Wood, o primeiro é caracterizado pela predominância masculina na emigração portuguesa para o Brasil entre os séculos XVI e XVII, era comum a emigração de homens no fim de sua adolescência, com pouco mais de vinte anos de idade e solteiro. E as poucas famílias que vinham permaneciam nas cidades portuárias e uma política oficial proibia que mulheres solteiras saíssem do Rio de Janeiro para áreas mineiras, e, em casos incomuns, que uma filha acompanhasse seus pais até Minas Gerais, o pai recebia numerosas ofertas de casamento para sua filha.

O segundo fator para a escassez de mulheres na idade de casar era a reclusão em que a mulher branca era condicionada no Brasil naquela época, sendo ela casada ou solteira. Essa reclusão acontecia principalmente com sua ida para o convento, com pagamentos de dotes as moças iam para conventos no Rio de Janeiro, Salvador ou para Portugal. Russell-Wood caracteriza essa reclusão no convento:

Para os pais despóticos e disciplinadores da nobreza branca do Brasil colonial, a honra sexual de suas filhas estava aliada ao prestígio social e à discriminação racial. O casamento com um oficial da guarnição era tão impensável quanto a aliança com uma pessoa de ascendência africana. Colocar a moça num convento salvaguardava sua pureza moral e sua posição social.²²

As autoridades reconheciam a ocorrência de poucos casamentos na colônia e chegaram a estabelecer medidas para impedir que mulheres brancas solteiras deixassem o Brasil, dom João V estabeleceu através de um decreto no ano de 1732 que apenas mulheres casadas deixassem a colônia para voltar à Portugal.

Por esse motivo, vários portugueses tinham relacionamento com mulheres de ascendência africana e indígenas, e para Russell- Wood o “colono simplesmente tomava a mulher disponível mais próxima. No Brasil colonial, esta era, em geral, a escrava

²¹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.55.

²² Idem, p. 57.

negra”²³ e relata ainda que, em alguns casos havia uma preferência por negras e mulatas mesmo que houvesse uma branca disponível.

Como dito anteriormente, casos de miscigenação ocorreram em maior grau em regiões de importância econômica, mas Russell-Wood destaca que em região alguma a miscigenação foi tão presente quanto em Minas Gerais. Ele conta que a maioria dos moradores não tendiam a se casar e viviam concubinato com negras ou mulatas. Assim, foram determinados decretos para reduzir a miscigenação, uma das medidas foi a exigência para candidatos às câmaras municipais de Minas Gerais fossem brancos e maridos ou viúvos de mulheres brancas, todavia a medida não atingiu seu objetivo.

1.3. Alforrias

As formas de um escravizado obter a liberdade no Brasil colonial eram variadas. Era relativamente comum o próprio cativo acumular dinheiro e comprá-la de seu proprietário. A alforria se constituía em um documento legal assinado pelas partes envolvidas e testemunhas, identificava o novo liberto, o modo em que obteve a liberdade se fosse paga, constava a quantia paga, também informava se era condicional ou incondicional. À vista disso, o escravo alforriado, era chamado de liberto e costumava manter o documento sob seu poder, e alguns registravam a original em cartório.

A quantia paga pela liberdade era combinada entre o senhor e o escravo e, em casos que o senhor não aceitava um valor justo, o escravo poderia apelar para autoridades. A compra da liberdade era mais comum entre escravos da cidade do que entre os das fazendas ou áreas rurais, Russel-Wood aponta duas razões para isso, a primeira era que os escravos das cidades tinham mais oportunidades econômicas e a segunda é que a sociedade do *plantation* pode ter oferecido aos seus escravos um grau maior de proteção, reduzindo o incentivo da compra da liberdade²⁴.

1.4. Meios usados pelos escravos para comprar a alforria

Eram vários os meios que os escravos recorriam para conseguirem sua liberdade, neste tópico apontarei alguns usando Russell-Wood como autor alicerce, sendo assim, não são todas as estratégias utilizadas pelos escravos, mas as mais significativas para o

²³ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.58.

²⁴ Idem, p.60.

autor. Nas áreas de extração aurífera os escravos gozavam de certa liberdade, principalmente aqueles que trabalhavam como “faisqueiros”, que eram os que percorriam campos ou cidades em busca de ouro. Seus donos, na maioria das vezes não tinham condições de arcar com suas despesas, então uma vez por semana iam até seus proprietários levar certa quantia de ouro. Embora muitos destes escravos gastassem seus ganhos com cachaça ou prostitutas, muitos também conseguiram comprar sua liberdade em um período relativamente curto²⁵.

Aqueles que trabalhavam nas minas ou poço de lavras e ficava sob a constante vigilância de feitores desenvolverem habilidades para esconder diamantes na palma da mão, entre dedos dos pés, nas narinas, sob as unhas ou até mesmo engoli-los. Passavam pelas revistas no fim do trabalho e não eram descobertos e facilmente encontravam compradores para essas pedras. Conseguindo acumular dinheiro para compra de sua liberdade²⁶.

Os escravos, cujos proprietários eram artesãos ou donos de vendas também tinham grandes chances de comprarem a carta de alforria. Esses escravos faziam a maior parte do trabalho artesão, o senhor, que Russel-Wood considera mais como um feitor, pois apenas supervisionava o trabalho dos escravos e dava alguns retoques finais. Possuindo um ofício, esses escravos tinham um valor mais alto no mercado e eram mais procurados e vistos como um investimento, pois forneciam um retorno capital quase certo, pois também tinham possibilidade de o escravo ficar doente, fugir, ou até morrer²⁷.

Um escravo especializado quando deixado como herança em um testamento, segundo Russel-Wood representava um patrimônio muito valioso, porque o novo dono, sendo homem ou mulher poderia alugar o serviço desse escravo, que eram conhecidos como escravos de ganho ou aluguel. O autor frisa que há uma diferença entre os dois grupos, o escravo de aluguel tinha seu dono diretamente envolvido no aluguel do serviço, e o de ganho se difere por ele mesmo tomar a iniciativa de encontrar um trabalho, e entregava um percentual de seus ganhos ao proprietário.²⁸

Desta forma, os escravos trabalhavam em várias especializações, não ficando apenas em uma mesma região, Russel-Wood conta que:

²⁵ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 60.

²⁶ Idem, p.61.

²⁷ Idem, p.63.

²⁸ Idem, p.62.

Dedicavam-se à caça à coleta e a atividades agrícolas nos arredores e chegavam a viajar para o interior como tropeiros ou vaqueiros. Na verdade, não havia ocupação que não contasse com seus negros de ganho, de navegadores e marinheiros a cocheiros, pajens e uma variedade infinita de especializações e semi-especializações.²⁹

E como essas diversas formas de trabalho, o escravo de ganho em mais ou menos 10 anos tinham o suficiente para comprarem sua liberdade, Segundo Russell-Wood, ou seja, essa prática poderia ser muito lucrativa e o senhor que alugava seu escravo recuperava suas despesas em aproximadamente 17 meses³⁰.

Outro método utilizado para a compra de alforrias era a mediação de uma irmandade, de acordo com Russell-Wood algumas faziam empréstimos para os irmãos, porém o empréstimo só era feito com a autorização do vice-rei ou governador da capitania, se a irmandade tivesse condições financeiras seguras e se o escravo apresentasse um fiador ou alguma garantia de pagamento. Algumas irmandades também atuaram como mediadoras, ajudando na iniciativa do processo de escravos que já tinham quantias suficientes para a compra, e aqueles cujos donos não aceitavam nenhuma proposta para o escravo buscar sua liberdade, levando isto à atenção do rei. E para que a irmandade tomasse qualquer atitude, ela teria que ter a aprovação real. Sobre a participação das irmandades nas alforrias Russel-Wood vê que é:

Impossível fazer qualquer avaliação, em termos de números concretos, do impacto das irmandades de negros e mulatos na promoção na alforria de seus membros; mas, em vista dos recursos financeiros limitados destas organizações, é improvável que o número de beneficiados excedesse dois ou três a cada ano.³¹

Com esse fragmento percebe-se que era limitado o auxílio nessa questão, pois a maiorias das irmandades era pobre e poucas tinham os cofres com grandes quantias de dinheiro, nem todas tinham suas próprias capelas o que era consequência da falta de recursos.

O testamento era ou recurso para alcançar a liberdade, entretanto ela poderia ser uma carta de alforria incondicional e sem pagamento ou exigir do escravo alguma forma de pagamento ou por alguma condição, a coartação por exemplo que era uma espécie de

²⁹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.63.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ Idem, p.68.

pagamento por prestações em um determinado tempo. Segundo Eduardo França Paiva a coartação se consistia em:

Entre o cativo e a libertação, o cartado inseria-se no mercado de trabalho resguardado, geralmente, por um documento assinado pelo proprietário, denominado Carta de Corte. Este escrito conferia ao legítimo portador o direito de procurar, próximo ou distante do domínio senhorial, os meios para saldar prestações referentes à compra de sua Carta de Alforria.³²

Essa prática foi muito comum em Minas Gerais e tornava o escravo coartado como aquele que estava em transição, que estava saindo do cativo em busca da liberdade e as prestações pagas poderiam ser a cada ano ou semestre, dependia do combinado com o proprietário, às vezes pagavam preços justos, outros, preços bem abaixo do mercado ou até mesmo superiores, o processo variava de quatro a seis anos.

Era comum que os proprietários em seus testamentos dessem a liberdade aos seus escravos, o que Russel- Wood descreve como uma vantagem das escravas domésticas aos escravos de engenho ou campo. As escravas domésticas tinham uma relação “mais íntima como ama-de-leite dos filhos legítimos do senhor e, possivelmente, como mãe de seus filhos ilegítimos no papel de concubina”³³, e em casos assim a liberdade geralmente incluía os filhos dessas mulheres. Eduardo França Paiva destaca que as escravas tinham muita facilidade em influenciar nas decisões de seus proprietários, em Minas Gerais isso explica a grande quantidade de escravas que foram libertas nos testamentos de seus donos.

Posto isso, vê-se que os escravos trilharam vários caminhos para chegarem à liberdade e posteriormente tentarem reconstruir suas vidas em uma sociedade escravista, hierárquica e preconceituosa. Para Eduardo França Paiva as alforrias agiram como parte da estratégia de dominação colonial, e para os escravos representava uma oportunidade legal de saírem a condição de escravizados, entretanto, “pelo simples fato de existirem virtualmente, acabavam inibindo rebeliões, revoltas e outros movimentos contestatórios”³⁴

³² PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. Annablume, São Paulo, 1995, p.79.

³³ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.69.

³⁴ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. Annablume, São Paulo, 1995, p.95

Neste capítulo a intenção foi contextualizar e perceber a inserção do agente histórico, o escravo, africano, negro no período em que as irmandades surgiram na colônia, mesmo que indo muito a fundo sobre a história do Brasil. Apresentar desde o início da escravidão e as relações estabelecidas pelos negros e africanos na colônia como forma de sobrevivência, o que se relaciona a criação e a entrada nas irmandades, que de acordo com João José Reis eram “associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”³⁵.

³⁵ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.51.

Capítulo 2. Escravidão na Capitania de Minas Gerais

Observando a obra “Escravos e libertos no Brasil Colonial” Russell-Wood apresenta a escravidão em Minas Gerais como um sistema diferenciado das outras capitanias, para isso o autor dedicou um capítulo de tal livro para explicar sua ideia. O capítulo recebeu o nome de “A outra escravidão: a mineração de ouro e a ‘instituição peculiar’”, ele adota a fala do Conde de Assumar em 1719, para caracteriza-la com algo tão peculiar que não seria uma escravidão, mas uma “liberdade silenciosa”. Posto isso, é importante revelar as circunstâncias que se inseriam nesta escravidão diferenciada, sustentada na extração de ouro, que foi o ponto chave para se entender os motivos desse sistema em Minas Gerais ser diferente do resto da colônia.

O ciclo do ouro no Brasil foi confirmado na década de 1690 com a existência de ouro aluvião no Rio das Velhas, na região que hoje é Ouro Preto; no ano de 1720 a capitania já enviava ouro à Coroa Portuguesa. Minas Gerais correspondia por até 74% da produção de ouro na colônia, entretanto nas décadas de 1730 e 1740 a capitania começou a se ver em declínio e a crise econômica, “o governador da capitania mais rica do Brasil reformou os regimentos e reduziu os preços de remédios e taxas de serviços”³⁶ a justificava era que os valores tinham sido elaborados em outra fase daquela sociedade, onde se achava ouro em abundância.

As tecnologias extrativas eram rudimentares e a Coroa não se interessava em motivar pesquisas sobre a extração, Russel-Wood mostra que havia o temor de que mineiros especializados de outros países ao conhecerem as minas brasileiras às colocassem a serviço de potências e inimigas e encorajassem invasões. Assim, a extração de ouro aluvião era condicionada sem técnicas avançadas.

Russell-Wood faz uma interessante análise da extração do ouro com base na economia do *plantation*, mostrando que a primeira economia era extremamente incerta e tinha vários aspectos que dificultava o progresso e prosperidade do negócio, um deles é que “diversamente de uma fazenda, uma região aurífera é um patrimônio condenado ao esgotamento”³⁷. Para que se tivesse lucro rápido o mineiro precisava investir em máquinas e mão de obra, e como esses custos eram elevadíssimos o mineiro era

³⁶ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.158.

³⁷ Idem, p.160.

obrigado a manter certo nível de produção, mas mesmo assim o retorno era incerto, pois poderia haver secas ou enchentes.

À vista disso, diferente do *plantation* a extração de ouro exigia mão de obra especializada, e os escravos que possuíam especialização eram extremamente caros, mas aquele mineiro que buscava um lucro efetivo e elevada produção necessitaria de um desses escravos. Embora houvesse espaço para negociação, em geral os escravos comprados pelos mineiros já tinham um preço determinado pela Coroa, e nas áreas de produção a compra geralmente era feita a crédito, havia muita especulação de crédito e os escravos tinham preços inflacionados o que colaborou para o endividamento de boa parte dos mineiros.

Havia muita pressão financeira exercida pela Coroa sob os mineiros, havia leis reais direcionadas à mineração, entre elas o pagamento do “quinto” e ao longo do ciclo do ouro foram empregadas várias leis que pesavam ainda mais na busca por ouro e, além disso, “as cotas fixas tinham de ser cumpridas, sem consideração pelo êxito ou fracasso dos negócios de um mineiro se sem levar em conta, por exemplo, se seus escravos tinham fugido, morrido ou adoecido”³⁸.

A questão da proibição de indústrias na colônia, pela Coroa, foi prejudicial aos mineiros, pois tinham que comprar ferramentas importadas, lhes eram cobradas taxas alfandegárias e entrada nas áreas mineiras e os tributos eram cobrados de acordo com o peso da mercadoria. No valor dos escravos era refletido os altos custos do transporte das cidades portuárias até Minas Gerais. Por esses motivos, Russel-Wood estabelece que toda essa incerteza e os altos custos para a extração, incluindo a mão de obra impulsionaram uma relação diferenciada entre escravo e proprietário e que afetaram profundamente a escravidão em Minas Gerais.

Essa necessidade da mão de obra masculina tornou Minas Gerais uma sociedade composta por mais homens que mulheres, a própria extração se caracterizou por uma alta demanda de escravos e com um número de importação cada vez mais crescente no período de prosperidade na exploração do ouro.

Cerca de 2.600 escravos entraram por ano em Minas Gerais entre 1698 e 1717, aumentando para 3.500-4.000 no período de 1717-23 e para 5.700-6.000 de 1723 a 1735. Este comércio chegou ao auge nos anos 1739-41 com importações anuais de até 7.360 escravos,

³⁸ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 162.

reduzindo-se para 5.900 no início da década de 1750 e para 4.500 no final daquela década.³⁹

Esses dados mostram um crescimento súbito da população escrava nessa capitania, e Russel-Wood reconhece que sem dúvidas impactou na sociedade e economia da região que se inseriam e na criação de diversos tipos de condições, como a de liberto, por exemplo, que também estavam em número significativos na sociedade.

2.1. Distribuição dos Escravos em Minas Gerais

A distribuição desses escravos era vista como um problema, Segundo Russell-Wood eram distribuídos de forma totalmente irregular pelas regiões de Minas Gerais; só Vila Rica e municípios de seus arredores somavam aproximadamente 50% do total da população escrava daquela capitania. Em alguns pontos de extração poderia ter a concentração de mais de 3.000 escravos, esse alto número poderia ameaçar as manutenções da lei e da ordem e serem totalmente favoráveis para uma revolta. O medo da revolta era ainda mais agravado pelo alto grau de mobilidade dos escravos, que era uma das características de Minas Gerais, muitos acompanhavam seus proprietários na procura de fontes auríferas ou trabalhavam como faiscadores, percorrendo regiões sozinhos.⁴⁰

No quadro abaixo Eduardo França Paiva⁴¹ mostra a proporção negros e brancos em algumas regiões da capitania de Minas Gerais:

Vilas	Brancos	Pretos	Mulatos
Paracatu do Príncipe (Paracatu)	1.436	5.305	6.097
Sabará	11.318	30.976	34.071
São José (Tiradentes)	7.422	10.884	5.837
Vila Rica (Ouro Preto)	3.646	10.663	7.913

Neste quadro percebe-se que a população da vila de Paracatu do Príncipe era muito marcada pela presença de negros e mulatos, o que pode-se explicar a presença de duas irmandades de negros para uma população relativamente pequena, assim como a existência de associações de pardos e brancos.

³⁹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 164.

⁴⁰ Idem, 165.

⁴¹ PAIVA, Eduardo França. Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos. Annablume, São Paulo, 1995, p.72.

O quadro representa a população do ano de 1808, mesmo assim demonstra o desequilíbrio entre pessoas brancas e negras citadas por Russel-Wood na década de 1770, “talvez em nenhuma outra região do Brasil colonial os indivíduos de origem africana fossem tão mais numerosos que os brancos”⁴². À época dos dados citados acima o desequilíbrio provavelmente já estava menos acentuado, uma vez que no ano de 1776, 77,9% da população correspondia às pessoas de descendência africana. Assim, percebe-se que demografia de Minas Gerais no século XVIII foi determinada exclusivamente pela descoberta do ouro e exploração, o que provocou por um período a predominância masculina e a forte presença de descendentes de africanos, por isso, Russel-Wood considera que devido à grande dependência da mão de obra escrava era previsível que a composição dessa população de diferisse do restante da colônia.

2.2. Origem Étnica

A origem étnica dos escravos nesta capitania era muito variada, entretanto Russel-Wood destaca que pela necessidade da mão de obra na mineração predominaram escravos do golfo de Benin a chamada Costa da Mina, e escravos vindos de lá foram chamados de “minas”, os escravos deste território eram conhecidos por serem “trabalhadores melhores, resistentes às doenças e mais fortes que os escravos angolanos”⁴³. A negação dos angolanos para este tipo de trabalho pode ser justificada pelo relato do vice-rei em uma carta do ano 1726 direcionada ao rei, no qual descreve os escravos de origem angolana totalmente inapropriados ao trabalho de não fosse doméstico. Sobre a preferência de escravos “minas” Russel-Wood conta que:

A demanda dos mineiros estimulou o comércio de escravos da Costa da Mina, a ponto de, durante as três primeiras décadas do século XVIII, a importação de “minas” ter excedido a de angolanos. O registro dos escravos que entraram em Minas Gerais confirmou esta predileção e o padrão geral, com a maioria dos “minas” indo para as áreas de maior intensidade extrativa.⁴⁴

Entretanto, o autor destaca que mesmo assim a preferência de uma etnia por outra dependia das necessidades do proprietário, mas até o ano de 1730 predominava-se escravos “minas”. No censo de 1804 em Vila Rica mostra-se uma queda no número de

⁴² RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 166.

⁴³ Idem, p.169.

⁴⁴ Idem, ibidem.

“minas” o que pode-se conectar a mudança dos padrões e demandas devido a conjuntura econômica daquele período.

Essas designações “minas” “angola”, para Russel-Wood demonstra uma prática comum europeia, que era “generalizações étnicas ou linguísticas abrangentes ou pelo detalhamento de portos de origem, atributos físicos ou habilidades adquiridas”⁴⁵, mesmo esses termos sendo imprecisos mostram o quanto escravos de origem africana eram heterogêneos culturalmente, e havia uma grande tentativa de se manterem vivas suas heranças culturais mesmo inseridos em outra sociedade. Essas divisões étnicas, porém, privava os escravos de um interesse em comum, por exemplo, a luta pela liberdade.

Devido à exigência de força física para a extração de ouro, o que era uma característica de homens no começo da idade adulta, poucas crianças embarcaram da África para a colônia, ou seja, a “exportação predominante de adultos foi, provavelmente uma reação à necessidade da mineração, em especial nas primeiras décadas do século XVIII”⁴⁶. Para Russell-Wood, pela prevalência de escravos “minas” que pertencia a um grupo linguístico pouco compreendido, até mesmo para pessoas do mesmo grupo, o Kwa-Kru não era entendido por muitos outros grupos da África, por exemplo, o banto. Portanto, os escravos já chegavam adultos, possuíam uma língua pouco compreendida, sofriam uma forte barreira linguística, além da cultural.

2.3. Casamento Escravo

Segundo Russell-Wood a questão do casamento e família escrava em Minas Gerais também é um fator peculiar, de um modo geral, foi baixo o número de casamentos na “idade do ouro”, o que para o autor é conferido pela composição demográfica já citada antes, havia ausência de mulheres brancas e poucas mulheres negras, havia assim muitos casos de concubinato inter-racial e foram várias as tentativas da Coroa de reprimir esses relacionamentos, mas que foram em vão. O concubinato possibilitava a escrava uma maior segurança do que o casamento com outro escravo e aumentava a chance de ser alforriada.

Contudo, Russell-Wood mostra outros fatores também eram inconvenientes para o casamento nas áreas de extração, os custos cobrados pela igreja eram altíssimos,

⁴⁵ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 170.

⁴⁶ Idem, p. 171.

existia muita burocracia, os custos cobrados eram altos e não se levava em consideração a condição do partícipe e os escravos preferiam poupar seus ganhos para a garantia de um funeral católico ou comprar a carta de alforria. O autor destaca que a apresentação de documentos para comprovar que a pessoa era solteira, por exemplo, fazia parte da burocracia e se tornava uma grande barreira para o casamento abençoado.

Outro empecilho particular das áreas de mineração, demonstrado por Russel-Wood foi a mobilidade, que era exigida nessa indústria, e os escravos solteiros eram preferidos. Segundo o autor os próprios senhores interferiam nos planos de casamentos de seus escravos, principalmente se fosse com pessoas livres, e para evitar isso muitas vezes vendiam seus escravos a fim de impedir o casamento. Esse aspecto pode ser confrontado com os casamentos das sociedades de economia *plantation*, que viam a formação da família como um meio de “estabilizar os escravos do sexo masculino e contribuir para o aumento de seu plantel”⁴⁷. Em Minas Gerais a instabilidade econômica e mobilidade dos grupos de mineiros desencorajavam tanto brancos quanto negros, ao casamento. Russell-Wood destaca que a ausência do casamento e os casos de concubinato resultaram no nascimento de inúmeras crianças ilegítimas e que foram abandonadas por suas mães, os chamados “enjeitados” e “sua manutenção impunha um pesado fardo financeiro às câmaras municipais”⁴⁸. O autor conta que houve tentativas da Coroa de se educar essas crianças, porém o governador de Minas Gerais não aceitou a ideia, pois essas crianças eram filhos de mulheres negras e acreditava-se que eram incapazes de verem vantagens nas instruções presentes no projeto.

2.4. Trabalho nas Minas de Extração de ouro

A extração do ouro obrigava o escravo a exercer muito esforço físico, o método utilizado para o ouro aluvião era a bateia, e para isso o escravo mergulhava até a cintura em águas muito geladas e a parte de cima do corpo ficava exposta ao sol, o que causava na maioria dos escravos insolações, vômitos, problemas renais, em longo prazo causava pneumonia, a febre contínua e a malária era uma doença comum. Aos que trabalhavam de baixo da terra havia o risco de desmoronamento e infecções pulmonares devido aos túneis mal ventilados, as mortes e doenças não atingiam apenas os negros, mas também os brancos que trabalhavam na extração em conjunto com seus escravos. Devido essa

⁴⁷ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p. 173.

⁴⁸ Idem, p. 174.

forma de trabalho, era relativamente rápida a degradação física de um escravo, segundo Russell-Wood em 1744 na Vila do Carmo se calculou a vida útil de um escravo em 10 anos, o que acreditava-se ser devido ao excesso de trabalho.

A alimentação fornecida aos escravos também era causadora de doenças, para cortar gastos os proprietários não davam a alimentação necessária aos seus escravos ou davam comida apodrecida. Os escravos costumavam ingerir a farinha de mandioca, alimento que poderia ser letal, de acordo com Russel-Wood:

Os efeitos prejudiciais da farinha de mandioca sobre a saúde dos escravos foram tema de uma investigação médica em 1773. Ela resultou num edito governamental que proibia a venda de fubá, como era popularmente conhecida a farinha, por duas razões: primeiro, porque continham lascas das pedras do moinho; segundo, porque não era adicionado fermento ao fubá, assim, crua, a farinha ficava no estomago como uma massa coagulada. A mandioca podia ser letal, a menos que adequadamente processada (colocada de molho e descascada, e depois aquecida) para reduzir o teor de ácido cianídrico das raízes a um nível seguro.⁴⁹

Se não preparada corretamente a farinha de mandioca poderia matar um escravo, ou qualquer pessoa que a ingerisse, ou em um grau menor poderia causar danos como doenças e lesões no intestino. Muitas doenças eram provocadas nos escravos pela ingestão de carne de porco estragada, que era vendida à eles depois que os brancos se negavam a comprá-las.

A assistência médica para escravos era mínima, e principalmente em Minas Gerais onde foi proibida a entrada de ordens religiosas, por suspeita de contrabando de ouro pelas mesmas. Com a proibição de suas entradas não poderiam fundar mosteiros, e Minas Gerais foi quase totalmente privada de assistência médica tanto para negros quanto para brancos, na Bahia, Recife e Rio de Janeiro esse tipo de assistência era garantida por esse setor. Com a escassez de médicos até ricos morriam, em 1734 foi nomeado um cirurgião municipal para Vila Rica, ele e o médico municipal deveriam prestar serviços gratuitos a todos os cidadãos, entretanto isso não acontecia quando se tratava de um escravo.

A escravidão em Minas Gerais se diferiu, portanto, principalmente pela economia, pois a extração de ouro fazia o proprietário extremamente dependente do trabalho de seus escravos, e a partir disso, Eduardo França Paiva mostra a relevância desse fator para a relação estabelecida entre senhor e escravo:

⁴⁹ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005, p.175.

Tal proximidade entre as partes acabou moldando cumplicidades cotidianas e acordos implicitamente firmados. Neste sentido, não se pode permitir que a tradicional polarização senhores e escravos camufle uma realidade bem mais complicada, em que parte significativa dos proprietários era constituída por libertos, negros livres e brancos pobres. Não raramente, isto acarretou a divisão de um mesmo espaço de habitação, de trabalhos manuais, da comida e, até mesmo, de intimidades entre possuidores e possuídos. Nesses casos a sobrevivência era igualmente difícil, embora para aqueles últimos a própria condição trouxesse problemas adicionais. Contudo, o desempenho e a fidelidade, reais ou teatralizados, desses cativos poderiam render a almejada libertação.⁵⁰

Este trecho é muito importante para se entender o contexto da escravidão, o autor ressalta a peculiaridade dos proprietários, que em minoria eram brancos ricos, e dividiam espaço e trabalho com seus escravos, o que determinou certa proximidade entre as duas partes e uma escravidão “diferente”. O autor também destaca a questão da liberdade, que em casos de boas relações, o escravo poderia obter sua liberdade, através de fidelidade teatralizada percebe-se um meio de resistência, adaptar-se ao sistema para assim conseguir sua liberdade de maneira legal.

⁵⁰ PAIVA, Eduardo França. Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos. Annablume, São Paulo, 1995, p.76.

Capítulo 3: Paracatu e suas Irmandades: “*Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu*” e “*Irmandade do Glorioso São Benedito*”

No capítulo anterior procurei evidenciar a vivência do escravizado em Minas Gerais no período colonial, todos os conflitos que permeavam sua sobrevivência em um meio desconhecido e mostrar o quão “peculiar” foi o sistema escravista nessa capitania em decorrência da extração de ouro. Através de dados historiográficos indicar o desequilíbrio entre brancos e escravos presentes em algumas vilas mineiras, e com isso perceber o motivo de tantas irmandades de pessoas negras e a necessidade de um auxílio, pois viu-se que os negros tinham poucos recursos em relação a morte, saúde, alimentação e assistências em geral, que normalmente deveriam ser oferecidos pela Coroa.

Neste capítulo tratarei da cidade de Paracatu e algumas pesquisas sobre ela, seu surgimento e crescimento em decorrência do ouro. Através dos Estatutos que regiam as irmandades religiosas da mesma cidade as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu e do Glorioso São Benedito, apresentarei uma reflexão sobre essas instituições baseadas em autores e autoras que fizeram sua pesquisa sobre a mesma temática.

3.1. A cidade de Paracatu

A cidade de Paracatu está localizada no Noroeste de Minas Gerais, com cerca de 90 mil habitantes atualmente. Paracatu é bastante conhecida pela exploração de ouro aluvião no período colonial e por seu caráter histórico contendo casarões, documentos e histórias do mesmo período, e também um centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Pesquisando sobre a história dessa cidade, é possível perceber algumas discussões sobre a data em que realmente foi fundada, quem de fato “chegou primeiro” nessa região e a importância do ouro para o desenvolvimento de Paracatu.

Em um de seus livros, Oliveira Mello⁵¹ tece considerações acerca do possível surgimento de Paracatu. Segundo ele, antes das bandeiras exploradoras de ouro chegarem, a região que hoje é Paracatu já era habitada pela população indígena, porém,

⁵¹ MELLO, Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002.

a cidade só surgiu e cresceu com a chegada dos europeus e em virtude do ouro. Sendo assim, o autor nos dá duas possibilidades de bandeiras que fundaram essa cidade: a primeira, no ano de 1736, cujo bandeirante Felisberto Caldeira Brant, chegou pela zona sul, pelo Córrego Rico, nome dado por ele devido à grande quantidade de ouro encontrada; o segundo bandeirante José Rodrigues Fróis, em 1744, chegou pela zona norte, onde também encontrou muito ouro no córrego e na região hoje conhecida como Morro do Ouro. Sobre esses dois bandeirantes escreveu Oliveira Mello:

Caldeira Brant chegou às minas pela zona sul, Córrego Rico, assim por ele batizado pela abundância de ouro aí encontrada. A povoação se formou “entre a barra do Córrego Pobre com o Córrego Rico”, na região onde se acha a Rua Sinfrônio Rosa (antiga Rua do Gorgulho) e adjacências.

José Felisberto Fróis, também membro de importante família paulista, chegava às minas proveniente da Bahia, Viera como Felisberto, guiado por um roteiro e já com certeza da existência do ouro. Alcançou a zona norte, denominada de São Domingos e encontrou muito ouro, tanto no córrego como na pequena elevação por ele banhada, que recebeu o nome de Cruz das Minas ou Morro do Ouro.⁵²

A bandeira oficialmente reconhecida como a fundadora da cidade foi a segunda, do bandeirante José Rodrigues Fróis, que recebeu o título de guarda-mor (encarregado da distribuição dos terrenos auríferos⁵³) das minas da cidade e todos aqueles que queriam minerar tinham que procurar Fróis para ceder terras para a mineração. Sobre isso Oliveira Mello ressalva que:

Então, como o arranhamento de outra bandeira, a de José Rodrigues Fróis, tornaram-se os dois nomes mais proeminentes a localidade que surgia em função do ouro. Foi-lhes dada pois a glória de primeiros povoamentos do arraial. Mas outros existiam antes deles, é cousa certa. A localidade já era povoada.⁵⁴

Consequentemente, Paracatu começou a receber pessoas de várias partes do mundo, em busca do ouro que estava em abundância no fim do século XVIII e início do XIX, “os aventureiros pouco se importavam com as dificuldades enfrentadas: fome,

⁵² MELLO, Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002, p.112

⁵³ SAINT-HILAIRE, August de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. EDUSP, Itatiaia, 1975, p.14.

⁵⁴ MELLO, Oliveira. As Minas Reveladas: Paracatu no Tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002, p.112.

doenças, mil e um obstáculo que tinham a vencer. Em pouco espaço de tempo formou-se um populoso arraial.”⁵⁵

A população cresceu rapidamente e em 1798 passou do posto de Arraial à vila, recebendo o título de Vila de Paracatu do Príncipe, e despertou o interesse das autoridades, pois em Minas Gerais já se começava a ver sinais da decadência do ouro nas áreas que foram descobertas antes de Paracatu. A decadência que se refere Oliveira Mello, pode ser considerada mais uma ausência de técnica de extração do que o esgotamento das reservas naturais. Neste trecho abaixo, uma carta do líder político Fernando Delgado de Castilho ao Conde Aguiar, o qual ocupou alguns cargos na administração portuguesa, entre eles o de Governador da Bahia e Vice rei do Estado do Brasil, vê-se que Fernando Delgado faz uma declaração sobre a extração de ouro em Minas Gerais, expondo a opinião de que ainda havia ouro, o que faltava era técnica para sua extração:

Ilmo e Exmo. Snr.,

A extração de ouro nesta capitania vai correndo à sorte daquela dos mais produtos minerais, com tão vantajosos passos, que em breve será reduzido a nada o seu quinto tendo diminuído quase progressivamente desde o ano de 1778, que marcou a época do fim da sua abundância e princípios da sua decadência. Isto certamente não é ainda pela falta deste metal, pois creio e creio bem, estar intacta a sua matriz, por não haver memória de mineração regular e metódica nos montes a devo supor, e muito abundante pela grande quantidade que dele tem afluído para os campos e rios, donde até agora tem sido extraviado sem o mais pequeno princípio mineralógico, tanto por se descobrir e encontrar com mais facilidade, como por não ter havido alguém com os conhecimentos e posses para um semelhante trabalho e o que agora é absolutamente impossível, porque a maior parte dos habitantes chamados mineiros, semelhantes ao jogador, que nem sabe ter outro ofício, nem aplicar algum, ganha mais que as coisas supérfluas, ou a ver se faz pelo mesmo caminho, outro maior, finalmente perde tudo, fica pobre e sem [...]. Assim eles vivem na miséria lavando terra já muitas vezes lavada ou vagando a ver se encontram alguma riqueza, ou descoberto, como vulgarmente chamam isto de alguma mancha ou pinta que ainda não fosse encontrada e que tem feito e fará sua desgraça até que esta mesma os obrigue à recorrer à rica e inextinguível mina da agricultura, muito particularmente em um país como este, onde ela paga o trabalho com tanta [...] que em muitos lugares produz trezentos por um, e ordinariamente cem. Tenho a satisfação de que alguns já vão abrindo os olhos, e eu vi com o maior prazer arremataram-se os dízimos de três ou quatro povoações, coisa que não sucedia há muito tempo, com o aumento de oito mil e duzentos cruzados: a abundância em que já vivem os seus habitantes,

⁵⁵ MELLO, Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002, p.113.

produzida pela cultura das terras e criação de gado e juntamente com as minhas persuasões, espero que incite os mais a fazer a sua felicidade e a das rendas reais desta capitania, que pelo que tenho referido, se acham no mais miserável estado, de sorte que não tem sido prejuízo valer-me de toda a ideia que o meu espírito me pode sugerir para suprir muitas das despesas a que elas são obrigados. [...]

Deus guarde V.Exa. Vila Boa. 26 de novembro de 1813.

Ilmo. e Exmo. Snr. Conde de Aguiar

Fernando Delgado H. de Castelo.⁵⁶

No trecho acima é possível identificar o pensamento do autor em relação ao ouro em Minas Gerais que estava em decadência e revela acreditar que não havia esgotamento do metal, mas sim a falta de técnicas avançadas para a extração. Fernando Delgado também se refere à miséria em que viviam os mineradores, já que era um negócio muito incerto, procuravam ouro incansavelmente e que por falta de opção teriam que recorrer a agricultura como forma de ganhar a vida, que era algo que certamente teria êxito.

Na capitania de Minas Gerais faltavam utensílios essenciais para a exploração aurífera, não havia tecnologias já existentes na Europa, isso Segundo Maria da Conceição Amaral se deu pela facilidade que se encontrava o ouro aluvial, não necessitando de aprimoramentos ou conhecimentos específicos de mineração. Na carta de Fernando Delgado é possível relevar alguns aspectos, entre eles o quinto pago à Coroa e a agricultura. O primeiro é o imposto pago à Coroa, 20% das riquezas produzidas na América, ouro, diamante, etc. O tributo recebeu o nome de quinto e no ano de 1719 o imposto era cobrado da seguinte forma:

Foram instaladas as oficinas dos quintos, ou casas de fundição, onde o ouro extraído era recolhido, fundido e reduzido a barras marcadas com o selo real, indicando peso, quilate e ano de fundição. Durante este período a porcentagem tributada ao rei variou entre 12 e 20 por cento, por vezes sendo adotada uma taxa fixa resultado de cálculos das médias.⁵⁷

A região de Paracatu passou pela fase do luxo, devido às grandes fortunas descobertas e adquiridas, “após o seu nascimento oficial, estava a nova sociedade

⁵⁶ Ouro e diamantes na Colônia: Decadência do Ouro. 1813.

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2113&sid=159> <Acesso em: 18/10/2016>

⁵⁷ Idem. <Acesso em: 18/10/2016>

mineira conhecendo a época de plena prosperidade,”⁵⁸ entretanto, foi apenas uma fase, a cidade começou a sentir indícios da decadência, pois, de acordo com Oliveira Mello, os escravos eram extremamente caros e os senhores já não tinham mais condições de comprar outros, pois muitos morriam. Visto que os escravos eram a principal mão de obra na extração de ouro. Na pesquisa da autora Maria da Conceição Amaral pode-se ter uma noção do valor de um escravo na cidade de Paracatu:

1 escravo (faixa etária produtiva que estivesse em boas condições de saúde ou que fosse ladino) – (cento e oitenta mil réis) 180\$000
 1 cabeça de gado vaccum – (dois mil réis) 2\$000
 1 cabeça de gado cavalar – (seis mil réis) 6\$000
 1 fazenda de criar com duas léguas e meia – (cem mil réis) 100\$000⁵⁹

Com base nos dados citados acima percebe-se o quão alto era o valor de um escravo, que quase se equiparava com o preço de uma fazenda. Russell-Wood assinala que um dos motivos que arruinou a economia dos mineiros, que passavam anos pagando escravos comprados por crédito e com juros mensais de até 10%.

Pensando sobre Paracatu pelo olhar do autor Auguste de Saint-Hilaire, que é usado como referência em diversas pesquisas sobre a cidade, inclusive a de Oliveira Mello, pode-se perceber descrições minuciosas sobre a localização de Paracatu, suas ruas, pessoas, casas, etc. Como Oliveira Mello baseou sua pesquisa nos escritos de Saint-Hilaire, vê-se uma proximidade na linha de pensamento sobre o desenvolvimento da cidade, entretanto, é pertinente complementar com alguns pontos.

Saint-Hilaire observa que José Rodrigues Fróis chega à região no ano de 1744, acompanhado de dois escravos. Encontrou no Córrego Rico peixes saborosos, dando ao lugar em que acabara de chegar o nome de *Pyra-catu* (bom peixe), porém, o trabalho de extração de ouro extinguiu os peixes do córrego, e com o tempo o nome passou a ser Paracatu (rio bom). Nesse sentido, Oliveira Mello revela que possa ter acontecido uma confusão pela própria grafia da época, mesmo existindo documentos em que estivesse escrito ‘Piracatú’. Oliveira Mello destaca um documento de 1744 em que Fróis se refere a São Luiz do Paracatu, logo, é possível perceber também pelo Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que traz o nome ‘Arraial de São Luiz e Santana Minas do Paracatu’, no ano de 1773. Ele destaca ainda que apenas Saint Hilaire

⁵⁸ MELLO, Oliveira. As minas reveladas: Paracatu no tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002, p.115.

⁵⁹ CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. Paracatu: O Morro do Ouro. Lintas Brasil Comunicações, Paracatu, 1992, p. 25.

se refere aos peixes existentes no córrego entre cronistas e viajantes. Sobre essa confusão de nomes concluiu Oliveira Mello:

Para maior esclarecimento do que se afirma, no livro de registro de posses da Câmara Municipal, iniciado em 1º de julho de 1832, encontramos os primeiros atos com a grafia Paracatu. Já na posse de Francisco Manoel de Souza, como Juiz Municipal Interino, no dia 13 do mesmo mês, deparamos com a grafia Piracatu. E com alternâncias, vai até o dia 18 de fevereiro de 1835. Daí para a frente é usada apenas a grafia Paracatu. Pudemos observar também que era usada a grafia Piracatu, apenas quando o secretário era Antônio da Costa Pinto Júnior. Curiosamente, no dia 31 de agosto de 1833, há cinco registros de posse, quatro deles assinados pelo secretário Pina, com a grafia Paracatu. Entretanto, no registro de posse de João de Pina e Vasconcelos, (como secretário nomeado da câmara), a assinatura no documento é de Antônio da Costa Pinto Júnior, já traz a grafia Piracatu. Aí está muito clara a dubiedade gráfica em torno da palavra Paracatu, dependendo da pessoa signatária.⁶⁰

Conforme Saint Hilaire, Fróis fez uma considerável riqueza com a extração do ouro e depois se mudou para Sabará, mas como foi nomeado guarda-mor, lhe foi concedido “datas” que o autor conceitua como “extensão de terra aurífera que o guarda-mor pode ceder a cada pessoa”⁶¹. Fróis teria voltado com homens interessados no ouro que estava em Paracatu e por isso a região começou a receber várias pessoas.

Atualmente Paracatu possui uma empresa mineradora em atividade, a Kinross Gold Corporation, de origem canadense que atua na cidade desde o ano de 1987. Em pesquisa à Biblioteca Municipal de Paracatu René Lapesqueur obtive acesso ao livro ‘Paracatu Morro do Ouro’, produzido em 1992 pela empresa que, a esta época chamava-se Rio Paracatu Mineração (RPM). A obra foi assinada por Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho e, apesar de seu intuito ser o de promover a empresa, é possível identificar uma boa discussão sobre a cidade, o papel das irmandades e principalmente o ouro, que foi um fator muito importante para a expansão da cidade. A autora traz diversas documentações do arquivo local para enriquecer sua pesquisa.

Maria da Conceição Amaral, similar aos autores anteriormente citados, também desenvolveu uma análise sobre o surgimento da cidade em consequência da existência de ouro em abundância. Ela apresenta como fonte um requerimento de autorização para

⁶⁰ MELLO, Oliveira. As Minas Reveladas: Paracatu no Tempo. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002, p.52.

⁶¹ SAINT-HILEIRE, August de. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. EDUSP, Itatiaia, 1975, p.147.

Thomaz Lago Medeiros⁶², do ano de 1722, que registrava a existência de ouro na região. O documento foi deferido pelo governador de Minas Gerais. O coronel recebeu o título de guarda-mor e distribuiu várias sesmarias na região. A partir disso pode-se perceber que em 1722 já havia registros de ouro na cidade, porém, só foi oficializado o descobrimento das minas em 1744.

A autora traz um item sobre a influência religiosa na cidade, no qual demonstra a grande quantidade de ouro arrecadada pelas irmandades e a constituição de patrimônios pessoais dos representantes religiosos, como consta no trecho:

Um sacerdote, falecido em 1780, deixou entre outros bens, escravos, “rossas”, além de “60 praças de terras minerais no Morro da Cruz das Almas”. O Livro de Irmandade de N.S do Rosário do Paracatu, em 1744, registra as várias fontes de obtenção de recursos financeiros, como o esmoler que pagava taxa sobre a quantia arrecadada em um dia de trabalho, ou as doações de congregados. No entanto, o grande filão de ouro encontrado pelo clero eram os testamentos.⁶³

Célia Maia Borges⁶⁴, historiadora e especialista em irmandades religiosas aborda a questão do enriquecimento do clero da capitania de Minas Gerais a partir da discussão sobre a proibição da entrada do clero regular em Minas Gerais pela Coroa. Essa proibição se deu com o intuito da Coroa em evitar o contrabando de ouro e diamante, retendo para ela todos os benefícios da extração. Para tanto, determinou medidas para impedir o clero de adentrar nessa capitania. Essas medidas foram tomadas após a Coroa perceber a facilidade com que os integrantes de ordens religiosas tinham para contrabandear ouro, pois como haviam morado em diversos lugares, conheciam muitas pessoas e tinham meios de enviar o metal para fora da Capitania de Minas Gerais, sem serem identificados pelas fronteiras legais.

Todavia, a autora demonstra que essa proibição também foi uma forma de controle político, pois muitos religiosos se envolveram em rebeliões, sendo

⁶²Recebeu em 1722 a patente de Coronel de Paracatu, o direito de guardamoria e o privilégio de distribuição das datas de terras desta região, o ouro não havia sido descoberto, mas a região já era conhecida e havia a expectativa da descoberta de metais preciosos por ali
<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/nossa-historia/> <Acesso em: 18/10/2016>

⁶³ CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. Paracatu: O Morro do Ouro. Lintas Brasil Comunicações, Paracatu, 1992, p.25.

⁶⁴ BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005.

considerados “desestabilizadores do sistema”. Esse debate nos remete ao caso citado por Maria da Conceição Amaral:

Dentre os muitos sacerdotes que se instalaram na região, destacou-se o Reverendo Antônio Mendes Santiago que, deixando a Paróquia de São Romão – próximo à junção dos rios São Francisco e Paracatu – desembarcou naquelas paragens à procura de almas às quais professaria os seus preceitos religiosos – e de minas – que lhe oferecessem ouro. Pouco depois de sua instalação nas minas de Paracatu, já era mencionado nos requerimentos e processos como Reverendo Doutor Governador da Comarca e ainda Comissário do Santo Ofício da Inquisição da Corte de Lisboa.

A historiografia mineira dedica várias referências – nem sempre elogiosas – a esse Vigário, como o seu envolvimento em motins, quando foi recomendado ao Bispo de Pernambuco para que o mandassem prender e sentenciar.⁶⁵

Célia Borges constata que o controle foi insuficiente, visto que havia inúmeros pedidos de expulsão do clero regular “fato que, sem dúvida, comprova sua presença no circuito do ouro, mesmo tratando-se de uma presença irregular”⁶⁶. Portanto, as instituições compostas por leigos, com auxílio do clero secular, foram as responsáveis pela execução dos cultos católicos, e vê-se que mesmo a Coroa tentando proibir o Clero regular, era ela mesma quem permitia a presença da religiosidade disseminada por leigos: “esta política restritiva, embora endereçada principalmente às ordens primeiras, não deixava de lado o clero secular que, para se estabelecer na Capitania, precisava de uma licença de permanência para celebrar os cultos do calendário litúrgico”⁶⁷. Posto isso, a autora conclui que essas medidas de afastamento do clero regular das Minas Gerais ocasionaram o fortalecimento dos leigos nas práticas católicas, assim como o estabelecimento de relações de cumplicidade entre essas pessoas, a fim de defenderem seus interesses e de suas irmandades.

Embora fosse obrigatório que todos aqueles que queriam fundar uma instituição religiosa pedissem autorização à Coroa, de fato isso não aconteceu fielmente. Maria Célia da Silva Gonçalves⁶⁸ indica que muitas dessas instituições já existiam antes da presença da própria Coroa ou da Igreja, mas que nasceram da necessidade da

⁶⁵ CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. Paracatu: O Morro do Ouro. Lintas Brasil Comunicações, Paracatu, 1992, p.29.

⁶⁶ BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005. p.57.

⁶⁷ Idem, p.58.

⁶⁸ GONÇALVES, Maria Célia da Silva. Território de símbolos: As irmandades negras na Paracatu Setecentista. 2003.140 f. Dissertação (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

população que crescia ou dos africanos que eram trazidos para o Brasil, se tornando um espaço de sociabilidade para essas pessoas que chegavam em uma sociedade desconhecida.

3.2. A Igreja

Para um entendimento sobre a Igreja no século XVIII é importante uma breve observação em relação à sua participação na sociedade colonial. Para isto, utilizarei o autor Caio Boschi, que explica a atuação dos indivíduos representantes da Igreja na cobrança de tributos eclesiásticos.

Segundo Boschi, “o estudo da ação da Igreja na Capitania de Minas Gerais não pode deixar de considerar como seus dois elementos básicos, o instituto do Padroado a tributação eclesiástica”⁶⁹. Ele explica que o rei de Portugal se comprometeu a sustentar os cultos religiosos na colônia, arcando com os gastos dos templos, decorações dos altares, etc. O sustento era feito através de cômputos que a Coroa pagava aos Bispos, ou encarregados das Igrejas, todavia, eram pagas esporadicamente. Já as chamadas folhas eclesiásticas, eram pagamentos destinados aos gastos pessoais dos membros a igreja, que em troca prestavam serviços religiosos.

O autor mostra que os valores tabelados eram injustos e atingiam um número limitado de membros religiosos, e as paróquias régias estavam em números inferiores às de criação não régia. O interesse do governo era limitar essas últimas a fim de não gastar com elas os dízimos arrecadados em Portugal. Desta forma, os próprios bispos criaram outras paróquias com o objetivo de curar almas, mas os párocos não recebiam cômputos reais.⁷⁰

As criações dessas outras paróquias originaram o que Boschi chama de abuso, os párocos que ordenavam paróquias filiais cobravam conhecenças (uma espécie de dízimo pessoal⁷¹), transformando a igreja em um comércio lucrativo e com sua própria estrutura de contribuição, que recaía à população em taxas de casamentos, batismos, enterros, sepultamentos, missas, etc. As conhecenças de fato eram um direito dos párocos, pois precisavam sobreviver, porém a população estava insatisfeita. Segundo Boschi:

⁶⁹ BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. Ática, São Paulo, 1986, p.71.

⁷⁰ Idem, p.73.

⁷¹ Idem, ibidem.

Estando sujeita ao pagamento do dizimo, ela se julgava isenta de novos tributos para que lhe fossem assegurados gratuitamente os sacramentos e ofícios religiosos. Sem considerar que praticamente arcava com os ônus a edificação e ornamentação dos templos. Portanto, não lhe caberia suplementar a manutenção do clero com novas contribuições. Tirante os dízimos, os demais encargos lhe apresentavam como injustificáveis e inaceitáveis extorsões.⁷²

Assim, a Coroa tentou tomar providências e a pedido dela ministros seculares e eclesiásticos elaboraram um regimento de valores, que desagradou à população e a Coroa pelos valores exorbitantes cobrados. Boschi afirma que, com o passar do tempo a situação piorou, surgiram vários templos com estrutura socioeconômica, o que gerou certa independência de uma igreja matriz, construindo suas próprias capelas e tirando o papel nuclear pertencente a uma matriz⁷³. Assim os vigários das igrejas régias sentiram-se prejudicados e começaram a denunciar a autonomia das associações leigas em relação aos cultos religiosos, o que gerava a dificuldade financeira do clero. O autor cita um requerimento dos párocos de Minas Gerais do ano de 1800⁷⁴, em que as irmandades não se sujeitavam à eles, mas aos capelães, dado que os párocos eram os responsáveis pela paróquia e o capelão o encarregado dos ofícios religiosos de uma capela. Os párocos também mostravam razões às quais as irmandades eram prejudiciais ao Padroado Régio⁷⁵, pois não custeavam ofícios religiosos das matrizes, dedicando todos seus recursos nas próprias capelas.

3.3. Política Pombalina e as Irmandades Religiosas

José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, obteve um cargo de confiança no reinado de Dom José I no ano de 1750 até 1770, seu cargo consistia em ajudar na administração. No posto em que ocupou, Marquês de Pombal desenvolveu reformas principalmente nas áreas da economia, educação e política em Portugal, mas também estava entre suas reformas à tentativa de enfraquecer o poder da Igreja e aumentar o prestígio do Estado, um dos métodos mais notáveis foi o controle exercido sob as instituições religiosas, que não foi somente em Portugal, mas também em sua colônia.

⁷² ⁷² BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. Ática, São Paulo, 1986, p.74.

⁷³ Idem, p. 75.

⁷⁴ Caio Boschi traz o documento como um requerimento dos vigários das igrejas coladas de Minas Gerais. p. 76.

⁷⁵ O Padroado é um regime no qual a Igreja instituía um indivíduo ou uma instituição como padroeiro de algum território, com o objetivo de ali promover a dispersão da fé cristã e sua manutenção. O Padroado Régio, ou seja, relacionado ao rei, o habilitava a criar dioceses, escolher bispos e apresentá-los ao papa para confirmação. O rei adquiriu o padroado após uma luta com os mouros. VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808. Objetiva, Rio de Janeiro, 2000, p.466.

Porém, de acordo com Anderson José Machado de Oliveira é indispensável mencionar que:

O Estado, principalmente durante o período pombalino, colocou-se como elaborador e diretor privilegiado, não único dessa política conciliatória, não abrindo mão de uma perspectiva regalista em relação à Igreja. Todavia, o regalismo pombalino esteve longe de configurar-se em anticatolicismo ou mesmo anticlericalismo. Em relação à Igreja intentava-se no máximo uma reforma do aparelho eclesiástico submetendo-o ao Estado.⁷⁶

Assim, percebe-se que a intenção era unicamente diminuir o poder exercido pela Igreja e concentrá-lo no Estado, o objetivo era o controle para submeter. E deste modo, elaborou-se políticas de controle sobre irmandades e ordens religiosas, com a finalidade de reforçar a perspectiva regalista pretendida pelo Estado, segundo Anderson José Machado de Oliveira, mas também reconheciam o papel de união que a religião exercia no Império Português.

A Mesa da Consciência e Ordens, em uma de suas atribuições de controle, no ano de 1751 estabeleceu que todos os negócios religiosos e eclesiásticos passassem por seu tribunal, principalmente as colônias, pois existiam muitas irmandades desconhecidas para os eclesiásticos. E para o maior fortalecimento da Mesa e consequentemente do Estado, procurou-se garantir a total gerência da Coroa sobre assunto das Irmandades. Então a partir de Marquês de Pombal, a mesa passou a ter outra composição, passando por reformas em 1756, e no aspecto Irmandades se tornou obrigatório e envio e confirmação dos Compromissos pela Mesa da Consciência e Ordens, visto que mesmo antes havia nas legislações canônicas, como as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia menções sobre o envio de estatutos e compromissos das irmandades, entretanto, somente no Período Pombalino de tornou mais fiscalizado e impreterível.⁷⁷

Para Anderson José Machado de Oliveira a aprovação dos Compromissos pela Mesa expressa claramente a intenção regalista do Estado e a investida na submissão e controle das Irmandades, mas também a adaptação destas as reformas Pombalinas. Para a aprovação do Compromisso, as irmandades teriam que fazer seus regimentos de acordo com as exigências da Coroa, entre elas estava a não distinção de etnias tendo que

⁷⁶ OLIVEIRA, Anderson José de. As Irmandades Religiosas na Época Pombalina: Algumas Considerações. In: FALCON, Francisco. RODRIGUES Claudia. (Org.). A “Época Pombalina” No Mundo Luso Brasileiro: Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. p. 348.

⁷⁷ Idem, p.351.

ser aceito “pretos de qualquer naturalidade”. Essa questão pode ser explicada por Anderson José Machado de Oliveira:

Com relação a esses aspectos, de uma forma geral, observa-se ao longo do século XVIII fortalecer-se na Europa uma crítica de matriz ilustrada que via nas confrarias um elemento de divisão social, promovendo distúrbios nas paróquias e dificultando as relações entre soberanos e bispos. No caso Português, criticava o papel das irmandades juntamente com o da inquisição por reiterarem as distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos afastando com isso importantes investimentos do país.⁷⁸

Essa proibição de distinções de etnias esta ligada à reforma Pombalina que extinguiu a divisão entre puros e infectos, embora muitas irmandades não distinguissem etnias ou “pureza de sangue” em seus estatutos, na prática poderia distinção existia. Deste modo, segundo Anderson Oliveira, a construção de identidades, escorada nas irmandades ia além da elaboração e submissão do Compromisso, mas determinava barreiras cotidianas que estipulavam lugares devocionais de grupos específicos.⁷⁹

Os bens das irmandades é outro tópico pertencente às reformas Pombalinas, em que existia a necessidade de conhecer a gestão dos bens das irmandades e exigir prestações de contas de tudo que tinham, inclusive objetos. As irmandades tinham total autonomia para gerir seus bens sem interferência da Coroa ou Igreja, demonstrando, segundo Anderson Oliveira que a irmandade assemelhava-se a um foro familiar e não uma instituição de poder.

Portanto, a reforma das Irmandades de acordo com Anderson José Machado de Oliveira demonstrava um desafio à gestão de Marquês de Pombal, e a partir deste trecho também é pertinente concluir o tópico.

Pois se por um dado prisma elas representavam uma face do poder religiosos que tanto se queria domesticar e submeter ao Estado, por outro viés elas poderiam se transformar em grandes aliadas no processo de modernização que se almejava, além de se colocarem

⁷⁸ OLIVEIRA, Anderson José de. As Irmandades Religiosas na Época Pombalina: Algumas Considerações. In: FALCON, Francisco. RODRIGUES Claudia. (Org.). A “Época Pombalina” No Mundo Luso Brasileiro: Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. p. 354.

⁷⁹ Idem, ibidem.

como um importante contrapeso à influencia de certas instâncias do poder eclesiástico⁸⁰.

3.4. Irmandades Religiosas na cidade de Paracatu

Pesquisando sobre as diversas histórias e caminhos de Paracatu, foi possível perceber a existência de aproximadamente 11 Irmandades Religiosas entre os anos 1739-1905 entre elas, Nossa Senhora do Rosário (1808), Nossa Senhora do Amparo (1811) e Glorioso São Benedito (1808). Essas três são as que possuem os Estatutos mais legíveis. A documentação sobre esses grupos encontram-se no arquivo da cidade, o arquivo Municipal Olímpio Michael Gonzaga, com inauguração no ano de 1994.

Neste capítulo destacarei as irmandades de negros, mas principalmente a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Utilizando fontes do arquivo local e a bibliografia é possível fazer uma reflexão acerca desses grupos de leigos dispersores da fé e o que realmente eram as irmandades, o que propunham à sociedade e o que representavam. Esses tipos de instituições já existiam em Portugal no século XII, entretanto são de origem medieval, sendo estes grupos voltados às obras de caridades, principalmente aos seus membros.

De acordo com Célia Maia Borges, não se sabe ao certo quando surgiram, mas que no século XII já se tinham resquícios, e no século XIV atingiu seu auge em vários países europeus com diferentes composições, entre elas as organizações de caráter religioso e beneficente, que são as confrarias, e as organizações por ofícios, as guildas, que agrupavam pessoas com mesmo interesse ou mesma profissão. As guildas tinham os mesmos propósitos que uma confraria, entretanto eram responsáveis pela organização do trabalho de cada profissão.⁸¹

Ainda de acordo com Célia Borges, as confrarias de Portugal no século XIV não se diferem muito das existentes em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Em Portugal elas também representavam uma família, auxiliando seus membros em momentos de dificuldade e solidariedade com àqueles que precisassem, e em algumas situações foram

⁸⁰ OLIVEIRA, Anderson José de. As Irmandades Religiosas na Época Pombalina: Algumas Considerações. In: FALCON, Francisco. RODRIGUES Claudia. (Org.). A “Época Pombalina” No Mundo Luso Brasileiro: Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. p.361.

⁸¹ BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005. p.44.

responsáveis por instituições como enfermarias, hospitais, albergues, etc. Desta forma, a ajuda mútua fazia parte dos princípios dessas organizações. Se em Portugal elas podem ser interpretadas como uma reação ao sistema feudal, em Minas Gerais as irmandades nos remetem à organização social do período, as divisões por cor, classe e gênero e os conflitos gerados pela conjuntura daquela sociedade.⁸²

3.4.1. Organização interna e administração das Irmandades de Paracatu: análise da documentação primária.

As Irmandades Religiosas eram instituições regidas por estatutos, cada irmandade possuía seu Livro de Compromisso, que deveria ser autorizado pela Coroa e pela Igreja. A elaboração do estatuto de cada irmandade era instituída nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

Título LX. 867. Porque as confrarias devem ser instituídas para serviço de Deus Nosso Senhor, honra e veneração dos santos, e se devem evitar nelas alguns abusos e juramentos indiscretos que os confrades ou irmãos põem em seus estatutos ou compromissos, obrigando com eles a pensões onerosas e talvez indecentes, de que Deus Nosso Senhor e os santos não são servidos, convém muito advertir estes inconvenientes. Portanto, mandamos que das confrarias deste nosso arcebispado que em sua criação foram erigidas por autoria nossa, e daqui em diante se quiserem erigir com a mesma autoridade que as faz eclesiásticas, se remetam a Nós os estatutos e compromissos que quiserem de novo fazer ou a estiverem feitos para emendarem alguns abusos, se neles os houver, e se passar licença para poderem usar deles.⁸³

No título das Constituições Primeiras citada acima se observa a obrigatoriedade do envio de estatutos de cada irmandade, no qual deveriam colocar suas pretensões com clareza sem “juramentos indiscretos” tendo como objetivo principal a veneração de um santo. E se por acaso esses estatutos ou compromissos sofrerem mudanças ou complementos, deveriam ser enviados novamente.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia eram o regulamento do sistema religioso e da sociedade católica no período colonial, ela representava “um trabalho inédito de adaptação das normas eclesiásticas à realidade local de uma diocese luso-americana”⁸⁴. O título da Constituição citado acima expressa qual o objetivo do

⁸² BORGES, Célia Maia. Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005. p.45.

⁸³ VIDE, Sebastião Monteiro. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707. In: FEITLER, Bruno e SOUSA, Evergton Sales (org.), São Paulo, Edusp, 2010, p. 451.

⁸⁴ Idem, p. 07.

envio dos Compromissos, o controle e a tentativa de evitar cultos que não condiziam com a Igreja, assim como a autorização para realmente existirem de fato.

No Compromisso continha o regimento da instituição, sua estrutura organizativa, todos os deveres dos irmãos diante da irmandade, assim como toda assistência garantida àqueles que se dedicassem ao grupo em que participava, “entre os deveres estavam, o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade”⁸⁵. De acordo com Boschi é importante destacar que muitas vezes o Compromisso não era da mesma data da criação da irmandade.⁸⁶

No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu, há no Arquivo documentos de eleições de Reis e de mesas administrativas a partir do ano de 1744, mesmo sendo seu Compromisso do ano de 1773, todavia, consta no próprio Compromisso:

Foi edificada a Capela da Senhora do Rosário dos pretos deste Arraial e subúrbios do Paracatu, Bispado de Pernambuco em 24 de Outubro de 1744.⁸⁷

Era também em seu Compromisso que a Irmandade estabelecia critérios para a formação da mesa administrativa que era a estrutura da instituição. Para o caso da Bahia, João José Reis afirma que:

A administração de cada confraria ficava a cargo de uma mesa, presidida por juízes, presidentes, provedores ou priores- a denominação variava-, e composta por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores, mordomos, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e bens da confraria, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas, loterias e outras atividades.⁸⁸

Anualmente eram eleitas pessoas para comporem esses cargos, de acordo com o Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu:

⁸⁵ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.50.

⁸⁶ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. Ática, São Paulo, 1986, p.26.

⁸⁷ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773. Arquivo Público Municipal.

⁸⁸ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.50.

Cap.I Será o corpo da Irmandade confrades de um, e outro sexo (como até agora se tem praticado) e entre estes se elegerão para anualmente servirem um Mordomo Mor, uma Mordoma Mor, quatro Mordomos Menores, e outras tantas Mordomas desta classe.⁸⁹

O trecho abaixo define como seria a eleição dos membros da mesa administrativa:

Cap.XII Nas eleições serão dados os votos por bilhetes fechados que cada um dos vogais poderá em sua casa escrever, e se darão em escrutínio, porque muitas vezes da revelação seguem discórdias.⁹⁰

É importante destacar que geralmente havia duas mesas distintas, aquela destinada para problemas cotidianos, e a outra se focava apenas na festa de seu orago. Para compor a mesa, também havia os cargos de zeladores, escrivão e tesoureiros, que segundo Antonia Aparecida Quintão, para o caso das irmandades do Rio de Janeiro, poderiam ser reservados aos brancos, devido ao analfabetismo das populações negras. Neste Capítulo do Compromisso da Irmandade de Nossa senhora do Rosário de Paracatu vê-se a presença de duas mesas:

Cap.III Regularmente se farão duas mesas gerais em cada ano para os negócios mais interessantes da Irmandade, uma no primeiro de Fevereiro, a outra no segundo dia do Oitavário da Páscoa.

E as particulares se farão pelos Irmãos da serventia do respectivo ano em o dia da ascensão do Senhor para a determinação da Festa, e no dia de Pentecostes de tarde para a eleição do ano seguinte, e quando forem necessárias.⁹¹

A sociedade negra e escrava era composta por pessoas vindas de vários lugares do continente africano, de diferentes etnias, o que gerou conflitos étnicos entre as irmandades e dentro das próprias instituições. Havia irmandades para grupos étnicos distintos ou aquelas que não tinham muitos critérios de cor, tendo como critério a fé e compromisso com a irmandade que queriam se inserir. Existiram diversas formas de alianças entre africanos de diferentes etnias, assim como entre africanos e crioulos, e principalmente com angolas. Sobre isso, tem-se uma redefinição do conceito de parente que, de acordo com João Jose Reis, era todo que pertencia à mesma etnia, “parente de nação”, sendo os irmãos das irmandades uma nova família, responsáveis a “oferecer a seus membros, além de um espaço de comunhão e identidade, socorro nas horas de

⁸⁹ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

necessidade, apoio para conquista de alforria, meios de protesto contra os abusos senhoriais e, sobretudo rituais fúnebres dignos”⁹²

Os africanos construíram novas identidades e laços, a partir do novo ambiente em que se inseriam e de suas culturas antes da escravidão. As irmandades foram importantes para reunirem pessoas de uma mesma etnia em torno de um santo, ou seja, novas relações e parentesco que foram resultado da escravidão e do próprio tráfico de africanos. Entretanto, de acordo com Marina de Mello e Souza, em Minas Gerais, foram quase inexistentes irmandades baseadas em afinidade étnica⁹³, o que é possível observar nos Livros de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito de Paracatu, respectivamente:

Cap. II Neste corpo de Irmandade se poderão alistar não só os Pretos Livres, libertos e [?] com tácito ou expreso consentimento de seus Senhores, assim de um, como de outro sexo, como também todas as pessoas, que por devoção sua quizerem ter parte nos sufrágios, a acompanhamento, e sepultura⁹⁴

Cap. IV Toda a pessoa liberta, brancos e brancas, pardos e pardas, pretos e pretas que quizerem entrar nesta nossa Irmandade, o Escrivão dela com a aprovação do Mordomo Maior da mesma lhe lavrará termo de entrada.⁹⁵

É possível perceber que não há restrições étnicas, ao menos no que determinava o regimento, na prática isso poderia ser diferente. Mostra-se mais uma preocupação com o estado de liberdade, de acordo com Marina de Mello e Souza essa preocupação se deu em razão da inquietude diante do cumprimento dos deveres do irmão dentro da irmandade, e acima de tudo se conseguiriam pagar suas anuidades e contas para a instituição, ou a origem do dinheiro, se eram de origem honesta ou não. Segundo Marina de Mello e Sousa para a entrada na Irmandade do Rosário, era importante o consentimento do senhor, assim como se responsabilizar pela participação de seus escravos pagando suas contribuições e auxiliando aqueles que tinham cargos de grande contribuição financeira, principalmente nas festas.⁹⁶

⁹² REIS, João José. A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.55.

⁹³ MELLO E SOUZA, Marina de. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002. p. 188.

⁹⁴ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

⁹⁵ Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1799, Arquivo Público Municipal.

⁹⁶ MELLO E SOUZA, Marina de. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002. p.199.

3.4.2. O sustento financeiro das Irmandades

O sustento financeiro das irmandades é outro ponto de destaque e muito importante para a sua sobrevivência, seu sustento eram basicamente “joias de entrada, anuidades, esmolas coletadas periodicamente, loterias, rendas de propriedades e legados em testamentos”⁹⁷ e o que era arrecadado era destinado aos auxílios de irmãos em período de dificuldades, como enfermidade, a manutenção e construção de suas igrejas, e principalmente, nas festas de seus oragos. Algumas irmandades possuíam vários bens, o que necessitava uma organização, possuindo alguns cuidados com os pertences da instituição, o que ficava a cargo do tesoureiro e procurador. Além disso, possuíam inventários de todos os seus pertences, como foi comprovado com a leitura do Códice da Irmandade do Rosário de Paracatu “inventário dos bens pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos deste Arraial, e Minas de Paracatu do presente ano de 1720 [ilegível] Bens moveis e de Raiz, [ilegível] ouro e prata”.⁹⁸

De acordo com o compromisso de cada irmandade era cobrada uma taxa de entrada, algumas irmandades cobravam essa taxa de acordo com a cor do indivíduo, e, em algumas irmandades de negros, os brancos que entrassem pagavam valores mais altos que os outros, na Irmandade do Rosário de Paracatu não há muitos critérios, sobre o pagamento de admissão se diz o seguinte: "Os irmãos e irmãs conforme a hierarquia das suas ocupações pagarão a esmola, que em Mesa geral se determinar e contribuirão com os anuais que na Mesa se taxarem"⁹⁹, ou seja, apenas critérios para a hierarquia dentro da própria irmandade de acordo com o cargo que ocupava, cargos como reis e rainhas tinham bastante contribuição. Já na Irmandade de São Benedito de Paracatu era estipulada a quantia para a inscrição e anuidade:

Toda pessoa liberta, brancos, e brancas, pardos, e pardas, pretos e pretas, que quiserem entrar nesta nossa Irmandade, o Escrivão dela com a aprovação do Mordomo Maior da mesma lhe Lavrará termo de entrada, em que assinará o irmão, e pagará de sua entrada meia oitava de ouro, e de anual seis vinténs; e querendo algum irmão, ou irmã remir-se de pagar anuais, dará oito oitavas de ouro; porém essa remissão senão entende para o eximir de servir os Cargos, para que for eleito, e pagar o que lhe tocar, só sim para não pagar anuais.¹⁰⁰

⁹⁷ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p. 59.

⁹⁸ Códice Irmandade do Rosário de Paracatu, 1744, Arquivo Público Municipal.

⁹⁹ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

¹⁰⁰ Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1799, Arquivo Público Municipal.

As irmandades tinham muita preocupação em arrecadar dinheiro para a construção de suas igrejas, principalmente os cativos, pardos e pretos, para eles ela representava um espaço não apenas religioso, mas também social, onde podiam afirmar suas culturas e manterem suas heranças vivas, para Marina de Mello e Souza o templo serviria como uma casa, onde poderiam encontrar e conversar com seus iguais. As autoridades não tinham a construção de igrejas como prioridades, então, isso ficou a cargo das irmandades, que as construíram para seus santos, além disso, uma igreja podia abrigar mais de uma irmandade.¹⁰¹ Entretanto, quando não possuíam suas capelas, as irmandades costumavam pedir doações extras. No Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu percebe-se que a instituição não tinha sua capela e se mantinha na capela do Rosário em um altar lateral, o que era bastante comum:

Cap.I Acha-se nossa irmandade ereta na Capela de N. Senhora do Rosário desta Villa do Paracatu do Príncipe, e em um Altar colateral com um retábulo pintando colocada a imagem do Glorioso São Benedito, e no dito Altar e Capela será conservada com toda a decência.¹⁰²

Para Antonia Quintão essa prática era mais comum principalmente em Irmandades do Rosário “por ser a mais rica, a mais poderosa e a mais numerosa na sociedade colonial”.¹⁰³ Contudo, não fica claro neste trecho se a Irmandade de São Benedito de Paracatu possuía um altar na capela de Nossa Senhora do Rosário e também a sua própria capela, observando os outros capítulos é possível cessar a dúvida:

Cap.VII Se pelo decurso do tempo e prudente economia da nossa Irmandade, vier esta a adquirir suficientes forças, e aumento com que possa edificar uma capela própria para a colocação do nosso santo, projetamos desde já a sua ereção.¹⁰⁴

A partir desse capítulo compreendemos que até o envio do compromisso a Coroa, a irmandade ainda não possuía sua capela própria e pretendia construí-la assim que sua economia permitisse.

¹⁰¹ MELLO E SOUZA, Marina de. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002. p.182.

¹⁰² Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1799, Arquivo Público Municipal.

¹⁰³ QUINTÃO, Antônia Aparecida. Lá vem o meu parente. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002. p.111.

¹⁰⁴ Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1799, Arquivo Público Municipal.

3.5. Morrer entre Irmãos

São vários os aspectos que formam uma irmandade, possuindo um sistema de funcionamento, sendo constituído de direitos e deveres dos irmãos, além disso, possuíam hierarquias e obedeciam a burocracias, haviam pessoas que cuidavam dos interesses, pendências, bens das irmandades e da fiscalização da mesa administrativa. Mas, ainda assim, todos que ali estavam cumprindo suas obrigações com seu santo protetor e atividades obrigatórias da irmandade, esperavam algo em troca, o que se tornava o motivo de estar inserido na irmandade. Havia um grande temor à morte naquele período, principalmente entre os cativos e pretos. Fazia parte das suas preocupações religiosas um enterro digno e em um lugar cristão, era muito importante um funeral que representasse a passagem para o mundo de seus ancestrais e que fosse contemplado de rituais, e a entrada em uma irmandade oferecia-lhe um sepultamento cristão, assim como todos os ritos e missas necessárias para uma “morte”. Claudia Rodrigues aponta a expectativa de uma boa morte a partir dos testamentos de habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Ela mostra que em seus testamentos as pessoas tentavam demonstrar um grande arrependimento diante de atitudes que poderiam ser vistas como pecados à frente das representações católicas relativas à morte e além do túmulo, os pecados eram vistos como um impedimento para as intercessões divinas para a eternidade. Todas as contrições referidas nos testamentos tinham “no fundo, o objetivo de rogar, ‘humildemente’, pela ‘boa morte’”¹⁰⁵ e o desejo da intercessão das divindades celestiais pela alma no momento da morte. Para João José Reis, a boa morte também significava que o fim da vida não era uma surpresa para o indivíduo, assim ele prestava contas aos que ficavam e também deixava instruções sobre o tratamento do cadáver, de sua alma e de seus bens adquiridos ao longo da vida. Um dos principais métodos de se preparar, e que não era exclusivo para pessoas ricas, era o testamento, tópico que trarei mais à frente.

Um dos deveres dos irmãos era acompanhar os sepultamentos, e quando não havia o comparecimento este tinha uma punição. No compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu percebe-se a punição pela não assistência ao irmão doente:

Cap.XXXV Quando algum irmão ou irmã adoecer de enfermidade perigosa, se dará parte ao procurador para este convidar aos irmãos que hão de fazer por seus turnos a assistência. E o que repugnar

¹⁰⁵ RODRIGUES, Claudia. Nas Fronteiras do Além: A secularização da Morte no Rio de Janeiro Séculos XVIII e XIX. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005, p.95.

exercer esta caridade será multado por cada vez em Meia Libra de Cera para ajuda dos guiaamentos da Capela.¹⁰⁶

Já na Irmandade de São Benedito de Paracatu identifica-se a preocupação com o enfermo e que possa resultar na morte do irmão, tomando-se as providências necessárias para os ritos e a boa morte:

Cap. XIX Se algum dos nossos Irmãos adoecer gravemente, o Mordomo Maior; e mais e oficiais de Mesa o irão exortar a que se confesse, e sacramento e que faça seu testamento, dispondo sua vida, e alma para o que Deus for servido: E estando em perigo de vida lhe assistirão dois Irmãos rendendo-se aos quartos ate seu falecimento: e sendo nosso Irmão enfermo tão pobre, que não tenho como suprir a moléstia, usará a nossa Irmandade do zelo, e ? de pedir esmolas pelos fiéis para socorrerem a sua extrema necessidade.¹⁰⁷

E sobre sepultamentos, Marina de Mello e Souza cita:

Se pensarmos na importância que os funerais tinham nas sociedades africanas, representando o momento no qual o morto passaria do mundo dos vivos para o mundo dos ancestrais e dos espíritos da natureza, cercado de rituais especiais, cantos e danças, fica mais fácil entender a rapidez com que os africanos e seus descendentes se integraram nessas associações católicas de cunho eminentemente ibérico.¹⁰⁸

Desta forma, a inscrição em uma irmandade era praticamente a única chance dos escravos, pretos, pardos e pobres ter seu sepultamento como desejavam, e no caso dos escravos muitos senhores os abandonavam nas portas das igrejas ou jogavam os corpos na praia. Para, Marina de Mello e Souza:

As pequenas contribuições pagas ao longo da vida, na forma de anuidades, garantiam um enterro digno para aqueles que muitas vezes, se não contassem com o amparo da irmandade à qual pertenciam, seriam jogados em alguma praia ou mato para serem devorados pelos animais.¹⁰⁹

As irmandades não se comprometiam apenas com o funeral de seus associados, mas com o de seus companheiros e filhos de acordo com a idade estabelecida no Compromisso, e também com ajudas financeiras, auxílio na doença e até ajudando

¹⁰⁶ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

¹⁰⁷ Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

¹⁰⁸ MELLO E SOUZA, Marina de. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002. p.186.

¹⁰⁹ Idem, ibidem.

irmãos escravos na compra de alforrias. As pessoas buscavam também proteção diária, assim como intercessão dos santos em troca de promessas.

3.5.1. A Morte

As Irmandades estavam muito ligadas ao preparo do morrer, eram elas que garantiriam um enterro decente para seus membros e familiares, com acompanhamento dos irmãos no enterro e a sepultura na capela da irmandade. E para que essa assistência na morte acontecesse e a alma fosse “salva”, muitos irmãos garantiam isso através de ricas doações às irmandades, de acordo com Maria da Conceição Carvalho:

“Convocando as “cortes do céu” para auxiliarem em sua “salvação espiritual”, o moribundo, assessorado por membros de alguma irmandade, doava em testamento o seu patrimônio a herdeiros naturais e a uma ou mais irmandades. O temor de não merecer “a salvação de sua alma” era superado através do beneplácito da bem remunerada instituição religiosa”¹¹⁰

A partir disso podemos explorar o que representava a morte para os africanos e quais medidas as irmandades asseguravam diante da morte de um de seus irmãos.

Para João José Reis a morte é a “separação e a incorporação, o morto ficaria no limite entre o aqui e o além, uma espécie de parêntese existencial a ser ritualmente preenchido pelos vivos”¹¹¹. Os ritos de separação são aqueles feitos para proporcionar a união do morto com aqueles que foram antes dele. Para algumas sociedades esses ritos são extremamente importantes, pois simbolizam a transição de entrada no mundo dos mortos, é o caso da sociedade africana, acreditam que o indivíduo deve se preparar para a morte “cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus deuses e ancestrais”¹¹². Na tradição africana é parte do rito de transição uma despedida, vigílias com comida e bebida, que tinham a presença de religiosos, amigos e a família, e quanto mais pessoas presentes, com mais segurança e alegria o morto fazia sua transição.

Nas culturas africanas, segundo Reis, existe a crença que após a morte há uma espécie de julgamento, o povo ioruba, por exemplo, crê na existência de mundos distintos e o destino dependia do comportamento do indivíduo. Acreditavam ainda na reencarnação em pessoas ou animais, sobretudo, a morte significava encontrar seus

¹¹⁰ CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. Paracatu: O Morro do Ouro. Lintas Brasil Comunicações, Paracatu, 1992, p.25.

¹¹¹ REIS, João José. A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.89.

¹¹² Idem, p. 90.

ancestrais. Contudo, é preciso levar em consideração que existiam várias visões africanas sobre a pós morte, devido às várias etnias existentes. Reis conta que mesmo no Brasil os africanos conservaram muitas de suas técnicas para a “boa morte”, mas também incorporaram modos portugueses devido à forte repressão a da religião africana e seus ofícios.

3.5.2. Ritos Fúnebres

O primeiro passo a se tomar era a preparação do defunto para o velório, o cuidado com o cadáver era de extrema importância, o que conforme João José Reis garantiria que a alma ficasse em paz e não ficasse vagando. Havia toda organização “cortava-se cabelo, barba, unhas”¹¹³, e o banho não podia demorar muito, pois corria risco do cadáver endurecer e dificultaria a preparação. O autor menciona ainda que os africanos nagôs acreditavam que a ausência dessa preparação impossibilitava o morto de unir-se aos seus ancestrais.

Quem poderia tocar e vestir o cadáver também era um ponto importante, a pessoa precisava ser especialista, e aquela que não fosse acostumada a lidar com a morte não poderia tocar o morto, pois também poderia morrer. Havia na África pessoas experientes em manipular cadáveres, cujas deveriam ser honestas e “se fizessem ouvir e atender pelo morto, a quem chamavam pelo nome, instruindo-o ‘dobre o braço, Fulano, levante a perna’”¹¹⁴.

A vestimenta é bastante destacada por João José Reis e os próprios defuntos deixavam instruções para qual seria. O autor destaca a mortalha branca e a franciscana, que eram as mais comuns na Bahia no século XIX, a mortalha franciscana significava a simplicidade cristã, o que Reis afirma que auxiliava na conquista de uma morte em paz, as escolhas dessa mortalha demonstram o destaque que o santo tinha na doutrina cristã. A mortalha branca estava ligada a várias etnias africanas, segundo Reis a cor branca era a cor habitual nos funerais do candomblé, mas também era costumeiro entre os malês na Bahia, e entre várias outras, que viam na cor branca o símbolo da morte, do senhor da criação da vida e a própria relação com Cristo, que foi envolto em um pano branco e mais tarde ressuscitou.

¹¹³ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.114.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*.

A questão das sepulturas também era importante, pois era um dos símbolos de salvação, todos os católicos tinham direito de serem enterrados nas igrejas que escolhessem, entretanto para os escravos a realidade era diferente, poderia acontecer de serem abandonados por seus senhores, ou muitas vezes enterrados em lugares não santos. O enterro na igreja representava uma aproximação física entre mortos e vivos, João José Reis mostra que o enterro na igreja tinha relação com a ressurreição e a imortalidade da alma, e para que isso acontecesse o espírito necessitaria estar completo, e por essa razão era valioso o lugar da sepultura. A sepultura no lugar santo também representava a entrada para o Paraíso, e essa proximidade entre a alma e as divindades, que era algo almejado após a morte.

Desta forma, se uma pessoa morria e não tivesse indicado onde gostaria de ser enterrado, iriam para a matriz paroquial, ou sepultura que tinha parentes enterrados. Em um capítulo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu percebemos que mesmo escravos associados que tinham seu auxílio foram enterrados no cemitério, há um apelo direcionado à Coroa, redigido após a aprovação do compromisso:

Cap. III Como tem acontecido que muitos dos nossos Irmãos que falecem sem cativos não podem participar da sepultura que tem na Capela da sua Irmandade por não poderem livremente eleger; por essa falta são levados os seus cadáveres para o Cemitério da Matriz aonde são sepultados, causando semelhante procedimento um geral desgosto aos outros Irmãos desta qualidade, vendo que são iguais na contribuição e desiguais na participação dos benefícios; queremos que todos os nossos irmãos cativos que falecerem sejam depositados na nossa Capela, e aí encomendados pelo Reverendo Pároco, as qual, e a mesmo que pelo Regimento lhes é concedido, pela Encomendação dos cativos que se enterrarão fora no cemitério, como se lá sepultura fossem. E no caso de que seus senhores as queira sepultura com pompa pagarão da forma costume, porque sendo assim em nada se ofende aos direitos Paroquiais.¹¹⁵

No trecho acima pode-se identificar um conflito, pois os escravos não tinham escolha e eram enterrados no cemitério da matriz, mesmo existindo um regimento permitindo que fosse enterrado na igreja da Irmandade que pertenciam. Segundo Reis, a própria Igreja advertia aos senhores para que enterrassem seus escravos nas igrejas, e ameaçava a excomunhão daqueles que os enterravam em qualquer lugar, ou os abandonava. No capítulo citado vê-se que a irmandade adverte para a desigualdade

¹¹⁵ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

quanto à utilização dos benefícios, visto que todos aqueles que pagaram suas anuidades possuíam o direito de assistência.

Abaixo, em um dos títulos do livro das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia é possível identificar a penalidade destinado aos senhores que não enterrassem seus escravos em lugares santos:

Título LIII. 844. E porque na visita que temos feito de todo nosso arcebispado achamos (com muito grande mágoa de nosso coração) que algumas pessoas, esquecidas não só da alheia, mas da própria humanidade, mandam enterrar seus escravos no campo e como se foram brutos animais, sobre o que, desejando Nós prover e atalhar esta impiedade, mandamos, sob pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda* e de cinquenta cruzados pagos do aljube, aplicados para o acusador e sufrágios do escravo defunto, que nenhuma pessoa, de qualquer estado, condição ou qualidade que seja, enterre ou mande enterrar fora do sagrado defunto algum sendo cristão batizado, ao qual, conforme direito, se deve dar sepultura eclesiástica, não se verificando nele algum impedimento dos que ao diante se seguem, pelo qual se lhe deva negar. E mandamos aos párocos e nossos visitantes que com particular cuidado inquiram sobredito.¹¹⁶

O trecho citado remete ao que a irmandade denuncia a prática do direito de enterrar seus fiéis em sua própria capela, uma vez que era parte da constituição este direito.

Uma sepultura poderia abrigar diversos cadáveres ao longo dos anos, e à medida que os corpos se desintegravam eram abertas novamente. “Essas covas eram anônimas, sem marcas que identificassem os mortos (sempre no plural) que a ocupavam pagando “esmola”, ou gratuitamente em caso de enterro no adro”¹¹⁷. Em seu compromisso, a Irmandade do Rosário de Paracatu descreve o critério para a escolha da sepultura, em que se percebe que havia uma hierarquia interna também na escolha das sepulturas entre os membros das irmandades:

Sobre a escolha das sepulturas se atenderá ao costume havendo-se respeito aos Mordomos Mores Pessoas Benemeritas da Irmandade, sem que por adulação se abram sepulturas contra a forma da Constituição¹¹⁸.

¹¹⁶ VIDE, Sebastião Monteiro. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707. In: FEITLER, Bruno e SOUSA, Evergton Sales (org.), São Paulo, Edusp, 2010, p. 441.

¹¹⁷ REIS, João José. A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p. 173

¹¹⁸ Livro de Compromisso da Irmandade de São Benedito de Paracatu, 1779, Arquivo Público Municipal.

3.5.3. Testamentos

Os testamentos, segundo Eduardo França Paiva, enquanto documentos de registros históricos eram relatos individuais, que na maioria das vezes expressavam “os modos de viver coletivos e informam sobre o comportamento, quando não de uma sociedade, pelo menos grupos sociais”¹¹⁹. João José Reis conta, utilizando testamentos baianos, que estes não tinham um modelo padrão, mas na maioria das vezes traziam preceitos religiosos no início com pedidos de proteção da alma, uma ficha pessoal, lugar de nascimento, estado civil, filiação, nome do cônjuge e dos filhos naturais e ilegítimos, depois indicava três nomes para testamenteiro, ou seja, aquele que irá executar as últimas vontades do falecido. O testamento segue apontando a divisão dos bens, e aqueles que não eram herdeiros diretos tinham doações justificadas. Desta forma, o documento era complementado com situações diversas envolvendo o testador, sua família, escravos e outras pessoas. João José Reis relata que através do testamento “quem morria cuidava tanto em preparar sua morte quanto em deixar arrumada, no que dele dependesse, a vida dos que lhe eram próximos”¹²⁰

Normalmente os testamentos eram ditados a alguém que transcrevia, raramente eram feitos a próprio punho, por isso João José Reis considera que havia uma limitação nas expressões dos titulares, no entanto, mesmo que influenciados por quem escrevia, ele revela características importantes da alma de quem os ditava, mas também representavam os pensamentos e vivências da época, isso devido ao fato de não terem um padrão. Deste modo, João José Reis observa que os motivos que levavam as pessoas a redigirem seus testamentos prova que a atitude era um recurso para a salvação da alma. As pessoas, na maioria das vezes não temiam à morte, mas sim uma morte sem planos e a preparação aliviava a espera e a passagem dos mundos.¹²¹

Um aspecto interessante destacado por João José Reis é a questão de dívidas, que era algo aconselhado pelos padres, não era favorável à salvação da alma morrer devendo alguém, assim dívidas antigas eram lembradas na hora da morte e era requisitado o pagamento no testamento, o autor também cita casos na Bahia de atitudes desonestas que eram confessadas no testamento a fim de ter o perdão de Deus. O contrário também poderia ocorrer às pessoas perdoarem quem lhe devia o que o autor

¹¹⁹ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos*. Annablume, São Paulo, 1995, p.76.

¹²⁰ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.93.

¹²¹ Idem, *ibidem*,

considera como uma forma de caridade e a expressão do amor de Deus, que era essencial para a salvação.

3.6. Festas

As festas promovidas pelas Irmandades eram um dos fatores mais importantes, de acordo com Marina de Mello Souza, os irmãos se empenhavam ao máximo e fazia parte de seu Compromisso à realização de uma festa anual para seu orago. Há vários pontos que podem ser destacados diante das festas das irmandades. As festas eram, sobretudo, um dos meios essenciais para a sobrevivência econômica das confrarias, era no dia da festa que os Reis e Rainhas eleitos arrecadavam esmolas e era recebido os anuais dos irmãos, neste dia também se associavam muitas pessoas as irmandades. Marina de Mello e Souza destaca ainda que autoridades autorizavam essas festas, pois folgando “à sua moda” os escravos trabalhariam melhor e por alguns dias os deixariam calmos. No Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paracatu é mencionado o seguinte:

Cap. XXI No dia da festa trarão os irmãos e irmãs as suas respectivas mesadas e anuais; para cujo recebimento estarão prontos os zeladores, a quem está incumbida a arrecadação. E no mesmo dia (sendo possível) se pagarão as dívidas, principalmente as que procederem dos salários do capelão, sacristão, música e festividade.¹²²

O dia e da festa também era especificado no Compromisso:

Celebrar-se-á a festa (como de costume) na segunda feira depois de Pentecostes e parecendo à irmandade [ilegível] para o primeiro domingo de outubro ou outro dia, poderá fazer com determinação da mesa geral.¹²³

A festa também representava para os negros e escravos um meio de se inserir nas organizações da sociedade com a aprovação de seus senhores, de festejar e se organizarem ao seu modo. Dessa forma, a participação em uma irmandade trazia algo muito além de razões culturais, preocupações assistenciais ou a morte, em concordância com Antonia Aparecida Quintão, poderia caracterizar um modo de se desviar do preconceito e a possibilidade de contatos.¹²⁴

As eleições de Reis e Rainhas era algo específico das irmandades de negros. Essas eleições representavam para os negros, uma ligação com seus ancestrais

¹²² Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal.

¹²³ Idem.

¹²⁴ QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá vem o meu parente. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII). São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002. p.114.

africanos, além de serem importante para a economia, pois os eleitos davam altas contribuições às irmandades, "fica assim evidente que além das contribuições avultadas que davam para a festa, os reis e rainhas eram responsáveis pela arrecadação de donativos que seriam empregados na sua realização"¹²⁵ e constituíam certo prestígio a quem o ocupasse. As irmandades eram uma forma de afirmação cultural e novas formas de laços sociais que foram desconstruídos pelo tráfico, portanto, a autora Marina de Mello e Souza comenta que o papel do Rei era uma espécie de intermediador entre o grupo que pertencia e a sociedade colonial¹²⁶, amenizando problemas tanto internos quanto externos, e esses mesmos reis poderiam estar à frente de levantes e rebeliões.

A eleição de Reis e Rainhas representava uma forma de reconstrução de laços familiares, com pessoas da mesma etnia e uma nova forma de sociabilidade que combinavam as que advinham de sua terra de origem e aquelas adquiridas ao chegar na colônia¹²⁷. Nos compromissos das irmandades do Rosário e de São Benedito da cidade não há menção sobre a eleição de reis e rainhas, porém, existe no arquivo da cidade um livro de registros de eleições de reis e rainhas e dos componentes da mesa administrativa referente a irmandade do Rosário. Abaixo a transcrição da eleição do ano de 1802:

Eleição de Rei Rainha mais oficiais, e irmãos de mesa que vão servir a Nossa Senhora do Rosário este próximo Ano de 1802 a 1803.

Rey: Paulo das Rosa com 18 votos

Rainha: Ana [ilegível] de Mendonça com 6 votos

Tesoureiro: [ilegível] Pinto [ilegível] com 18 votos

Todavia, Marina de Mello e Souza mostra que algumas irmandades especificavam as eleições de Reis e Rainhas em um capítulo individual, e neste caso mostrando certa independência às eleições da Mesa, o que difere da irmandade do Rosário de Paracatu. Ela mostra que a presença de reis em reuniões administrativas não era obrigatória, sua participação se dava quando pudessem e suas contribuições estivessem em dia, o cargo de Rei se destaca também por ser reservado àqueles que tinham recursos para arcar com posto. Em alguns casos quando o Rei era um escravo, o seu senhor ajudava na contribuição para que estimulasse um bom desempenho de suas tarefas.

¹²⁵ MELLO E SOUZA, Marina de. Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002. p.197.

¹²⁶ Idem, p.207.

¹²⁷ Idem, p.181.

A autora mostra também casos em que o cargo de Rei era reservado a uma etnia específica, mesmo a irmandade não tendo esse tipo de critério para admissão na irmandade, o que mostra uma restrição ligada à origem dos irmãos. Sobre a não indicação de eleições de reis nos compromissos das irmandades, a autora nos faz refletir sobre a proibição de tradições consideradas profanas e que fugiam as regras, o que era a representação de Reis e Rainhas por negros, mostrando que as eleições da chamada “corte negra” não eram totalmente aceitas pela Coroa e Igreja.

A organização das festas ficava inteiramente a cargo das irmandades, aos sacerdotes ficava a responsabilidade das missas, esse aspecto também era designado no Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu:

Cap.VI Sobre- dito nosso Capelão será o celebrante da Missa Solene da Festa principal, ou seja com Diáconos, ou Média, sem que o Pároco da Freguesia se intrometa a Legislar a solenidade¹²⁸.

Esse trecho retrata os conflitos das irmandades com os párocos assinalado por Caio Boschi, que se dava pelas altas taxas cobradas pelos párocos, taxas que eram “direito dos próprios párocos, visando a sustentação de sua dignidade sacerdotal”¹²⁹. E os párocos que acusavam as irmandades de não os auxiliarem com as despejas dos ofícios religiosos e celebravam suas festas sem a jurisdição deles, os impossibilitando de receber lucros e gozarem das vantagens de sua posição hierárquica.

Dentre os vários aspectos das festas das irmandades que podem ser destacados, está o sentido profano existentes nesses eventos. Era característica das festas dos santos fogos de artifícios, tambores, e segundo João José Reis os membros das irmandades saíam às ruas com roupas de gala, tochas, bandeiras e cruzeiros em luxuosas procissões, além disso, as festas contavam com muita comida, bebida e danças. As próprias irmandades acreditavam que a festa luxuosa dedicada aos seus santos lhes traria mais prosperidade. João José Reis explica:

Nessa visão barroca do catolicismo, o santo não se contenta com a prece individual. Sua intercessão será tão mais eficaz quanto maior for a capacidade dos indivíduos de se unirem para homenageá-lo de maneira espetacular. Para receber a força do santo, deve o devoto fortalecê-lo com as festas em seu louvor, festas que representam

¹²⁸ Livro de Compromisso da Irmandade do Rosário de Paracatu, 1773, Arquivo Público Municipal

¹²⁹ BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. Ática, São Paulo, 1986, p.73.

exatamente um ritual de intercâmbio de energias entre homens e divindades.¹³⁰

Era através das festas que os negros davam características africanas aos cultos católicos, frequentemente nas comemorações das irmandades negras havia a combinação do sagrado e profano, o que a Igreja ficava atenta para que fosse banido. Em vários momentos essas festas foram proibidas. João José Reis afirma que geralmente as mascaradas e comilanças não eram mencionadas nos Compromissos, e de fato na Irmandade do Rosário de Paracatu não há referências sobre esses aspectos na festa.

O autor relata que foram inúmeros os pedidos enviados às autoridades para que as irmandades pudessem realizar suas danças, cantos e cerimônias, o que Reis afirma que oscilava entre proibições e permissões, para ele havia um limite quanto à africanização da religião católica.¹³¹

Tanto para João Jose Reis, quanto para Marina de Mello e Souza em obras já citadas aqui, as festas das irmandades negras simbolizavam uma fuga da vida cotidiana, uma inversão temporária de hierarquias e liberação de comportamentos que no dia a dia eram proibidos, e para Marina de Mello e Souza isso provocava às autoridades o medo do rompimento permanente da ordem, por isso à limitação a essas festas. Para João José Reis as inversões figuradas da ordem social representavam quase um carnaval, em que o negro tomava o papel de seus superiores.

Refletindo sobre essas festas através de Roger Chartier, entendemos que a festa pode se tornar um forte revelador de tensões existentes em uma sociedade, ela manifesta as diversas camadas que compõe a sociedade por meio do excepcional que é algo comum, para o autor, nas festas se observa também a resistência popular acerca das normas dominantes. Sobre a dança, que também foi coibida nas festas das irmandades, Chartier a descreve baseando-se em uma proibição feita pela Igreja entre os séculos VII e XVII, na Europa e que funciona para as irmandades em Minas Gerais no século

¹³⁰ REIS, João José. *A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1991, p.62.

¹³¹ Idem, p.64.

XVIII, a dança agia “Deformando os corpos, a dança distorce as almas e inclina ao pecado. Ela deve então contaminar as festas autorizadas”¹³².

João José Reis compara as festas das irmandades ao carnaval, relação que podemos estabelecer através Peter Burke. Para Burke o carnaval era o oposto da vida cotidiana, era a representação “do mundo virado de cabeça para baixo”¹³³ o que explica também as eleições de Reis e Rainhas nas irmandades, as inversões dos papéis para uma organização desses indivíduos diante da dominação colonial. A comilança presente nas comemorações das irmandades, também destacada por João José Reis, pode ser percebida através de Burke, para ele a própria palavra carne compõe carnaval, e na Europa no século XIV a festa tinha a carne de animais como parte do simbolismo.

¹³² CHARTIER, Roger. “Disciplina e invenção: a festa”. In: *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004, p.29.

¹³³ BURKE, Peter. “O mundo do carnaval”. In: *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.256.

Considerações Finais

A monografia aqui apresentada buscou compreender o que motivava negros e escravos a procurarem se inserir em uma irmandade religiosa, e o que essas instituições pretendiam oferecer aos seus associados, entretanto, através das pesquisas e leituras de obras sobre este assunto, viu-se que as irmandades eram muito mais complexas possuindo um funcionamento interno sistematizado e supostamente baseado em seu Livro de Compromisso, uma vez que o que estava ali escrito poderia ser apenas para a autorização da Coroa e autoridades.

Os negros e escravos introduzidos na sociedade colonial, e mais precisamente em Minas Gerais, totalmente à mercê de auxílios advindos de autoridades criaram seus próprios laços e recursos diante de doenças e principalmente a morte, grande preocupação na cultura africana, uma morte carregada com os ritos necessários para a chamada “boa morte”, a passagem do mundo dos vivos para o mundo dos espíritos e o encontro com seus ancestrais.

Observando as relações entre as irmandades e a escravidão revelou-se a proteção e refúgio que a irmandade de escravos e negros representava. Segundo Russel-Wood essa representação se deu principalmente pela sociedade em que se inseriram, uma sociedade extremamente competitiva e predominada por pessoas brancas. As irmandades se mostravam como um mecanismo de inserção em um grupo, que era para interesses coletivos e individuais.

A criação das irmandades em Minas Gerais, ou em toda a colônia foi quase uma forma de reação às necessidades que eram negadas aos negros e escravos, e para os africanos que antes de chegar à colônia passavam pelo martírio que a vinda de navio, chegando aqui era difícil a adaptação aos hábitos alimentares, linguagem, doenças etc. Além de tudo, também lhes eram negados muitas vezes a extrema-unção, em Minas Gerais, por exemplo, alguns padres só faziam o sacramento se o escravo lhe pagasse uma taxa de outro, o que culturalmente causava danos à vida espiritual de negros e escravos.

Entretanto, como destaca Russel-Wood as irmandades não chegaram junto com os negros, essencialmente urbanas as irmandades começaram a surgir assim que as

cidades começaram a se desenvolver, à medida que se fortaleceram preocuparam autoridades com medo de revoltas. E foram muitas as irmandades existentes no Brasil colonial, por iniciativa de negros ou não, porém muitas não oficializaram sua existência com a Coroa, por isso é difícil ter uma noção da dispersão dessas instituições. Entretanto sabe-se que boa parte das regiões da colônia abrigava irmandades, principalmente irmandades do Rosário. Independente do lugar ou motivo da criação das irmandades, todas teriam que se ajustar a um mesmo modelo para a aprovação da Coroa e em alguns casos tiveram que reajustar seus estatutos de acordo com as normas estabelecidas pelas políticas do período.

A participação nestes grupos religiosos também se relacionava fortemente com as questões de identidade, era uma maneira de preservar as alianças que antes foram construídas na África e a busca por uma nova identidade quando inseridos na nova sociedade e cultura, quando encaixados em um grupo que partilhava da mesma situação, a escravidão e ou preconceito, e que não perseguiria seus costumes e tradições nativas. E como a sociedade escrava e africana era composta por uma diversidade de culturas e etnias, isso refletia na própria criação da irmandade, mostrando a heterogeneidade dessa população.

Falar sobre irmandades, mas principalmente em Paracatu foi uma tarefa difícil, estabelecer relações entre essas irmandades e as existentes nas outras partes da capitania, perceber as características dessa cidade e ver o quão presente foi à escravidão ali por se tratar de uma região de extração aurífera e especialmente perceber o quanto ainda se pode pesquisar nesta cidade, que possui um riquíssimo acervo documental merecedor de investigações. Paracatu, mesmo que pouco inserida em estudos sobre irmandades, em pesquisas sobre escravidão, por exemplo, várias vezes é citada por Eduardo França Paiva, em diversos momentos cita documentações de casos ocorridos na cidade no período colonial, como testamentos, além de levantamento de dados sobre sua população no mesmo período, já citado acima.

Referências Bibliográficas

Fontes de arquivo:

Fontes do Arquivo Municipal Olímpio Michael Gonzaga de Paracatu/MG:

- Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu, 1773.
- Livro de Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito de Paracatu, 1799.
- Códice da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu, 1744.

Obras de Referência:

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial 1500-1808**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2000.

VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707**. In: FEITLER, Bruno e SOUSA, Evergton Sales (org.), São Paulo, Edusp, 2010.

Fontes eletrônicas:

Ouro e diamantes na Colônia: Decadência do Ouro. 1813.

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2113&sid=159> <Acesso em: 18/10/2016>

Arquivo Público Municipal de Paracatu-MG, Nossa História

<https://paracatumemoria.wordpress.com/paracatu/nossa-historia/> <Acesso em: 18/10/2016>

Bibliografia:

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do Rosário. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2005.

BURKE, Peter. “O mundo do carnaval”. In: **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. **Paracatu: O Morro do Ouro**. Lintas Brasil Comunicações, Paracatu, 1992.

- CHARTIER, Roger. “Disciplina e invenção: a festa”. In: **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1998.
- FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. EDUSP, São Paulo, 2002.
- GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **Território de símbolos: As irmandades negras na Paracatu Setecentista**. 2003.140 f. Dissertação (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- MELLO, Oliveira. **As Minas Reveladas: Paracatu no Tempo**. Prefeitura Municipal de Paracatu, Paracatu, 2002.
- OLIVEIRA, Anderson José de. As Irmandades Religiosas na Época Pombalina: Algumas Considerações. In: FALCON, Francisco. RODRIGUES Claudia. (Org.). **“Época Pombalina” No Mundo Luso Brasileiro: Rio de Janeiro**. Editora FGV, 2015.
- PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: Estratégias de resistência através dos testamentos**. Annablume, São Paulo, 1995.
- QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Lá vem o meu parente. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (século XVIII)**. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2002.
- REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. Companhia das Letras, São Paulo, 1991.
- RODRIGUES, Claudia. **Nas Fronteiras do Além: A secularização da Morte no Rio de Janeiro Séculos XVIII e XIX**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2005.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.
- SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. EDUSP, Itatiaia, 1975.
- SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: Identidade étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2000.

Anexos

1. Anexos de alguns capítulos do Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres do Arraial de São Luís e Santana Minas do Paracatu.



Primeira Página do Livro de Compromisso.

CAPITULO I.

Será o Corpo da Irmandade Confrades de hum, e outro sexo (como até agora se têm praticado) e entre estes se elegerão para annualmente servirem = Hum Mordomo Mor, buá Mordoma Mor, quatro Mordomos Menores, e outras tantas Mordomas desta classe; e os Irmãos, e Irmãs de Mesa que serão eleitos sem determinado Numero, por qui segundo a exigencia dos annos, enecessidades da Redificação do Templo (quando succeder) e panamentos, se poderá alterar para mayor, ou menor numero, por semelhantes incidentes se não pode assignar certeza de calculo.

CAP. II.

Neste Corpo de Irmandade se poderão alistar não só os Pretos livres, libertos, e escravos com tacito ou expresso consentimento de seus Senhores, assim de hum, como de outro Sexo; como também todas as pessoas, q por devoção sua quizerem ter parte nos Suffragios, a companhamento, e Sepultura.



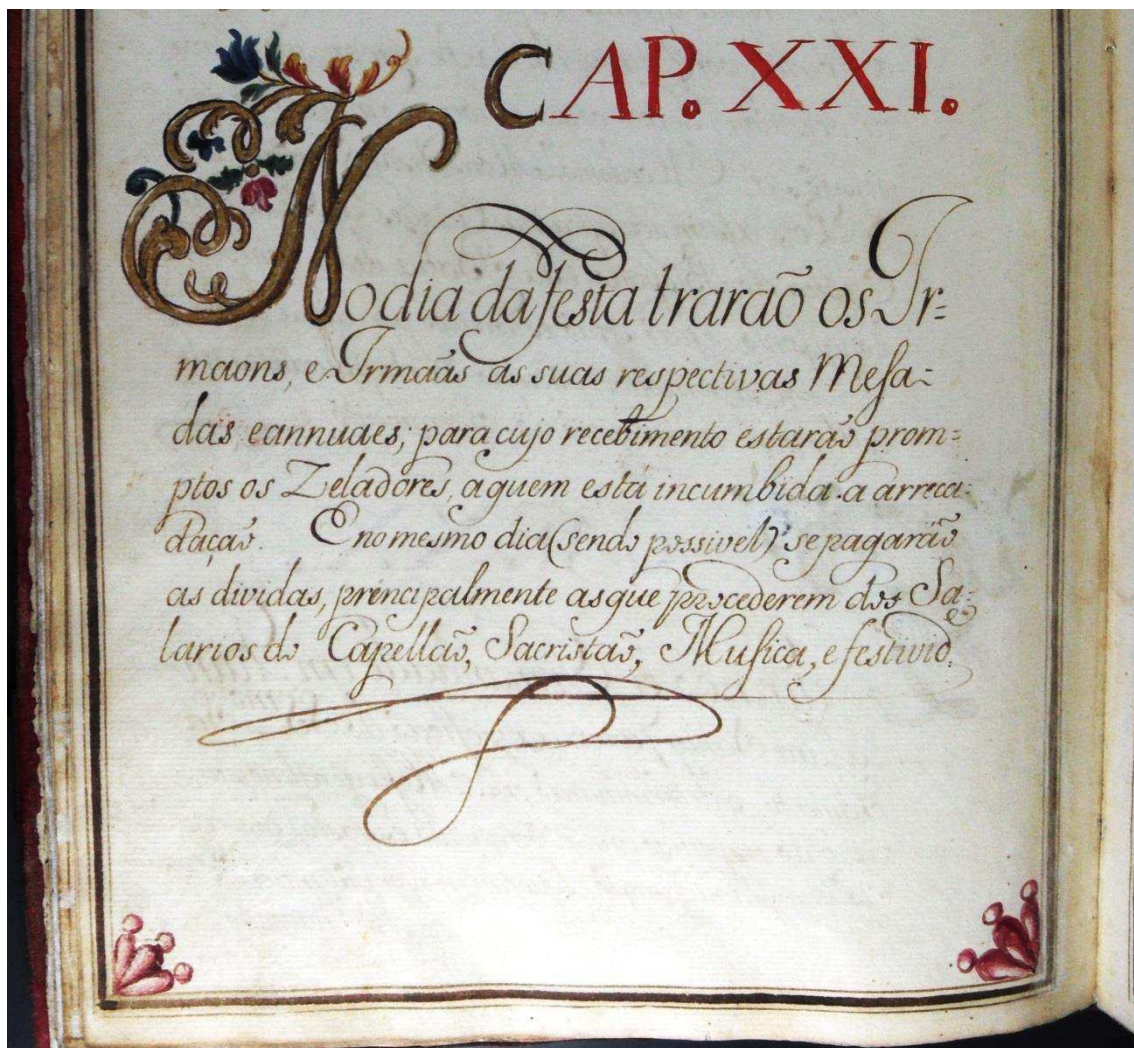
Capítulo III.



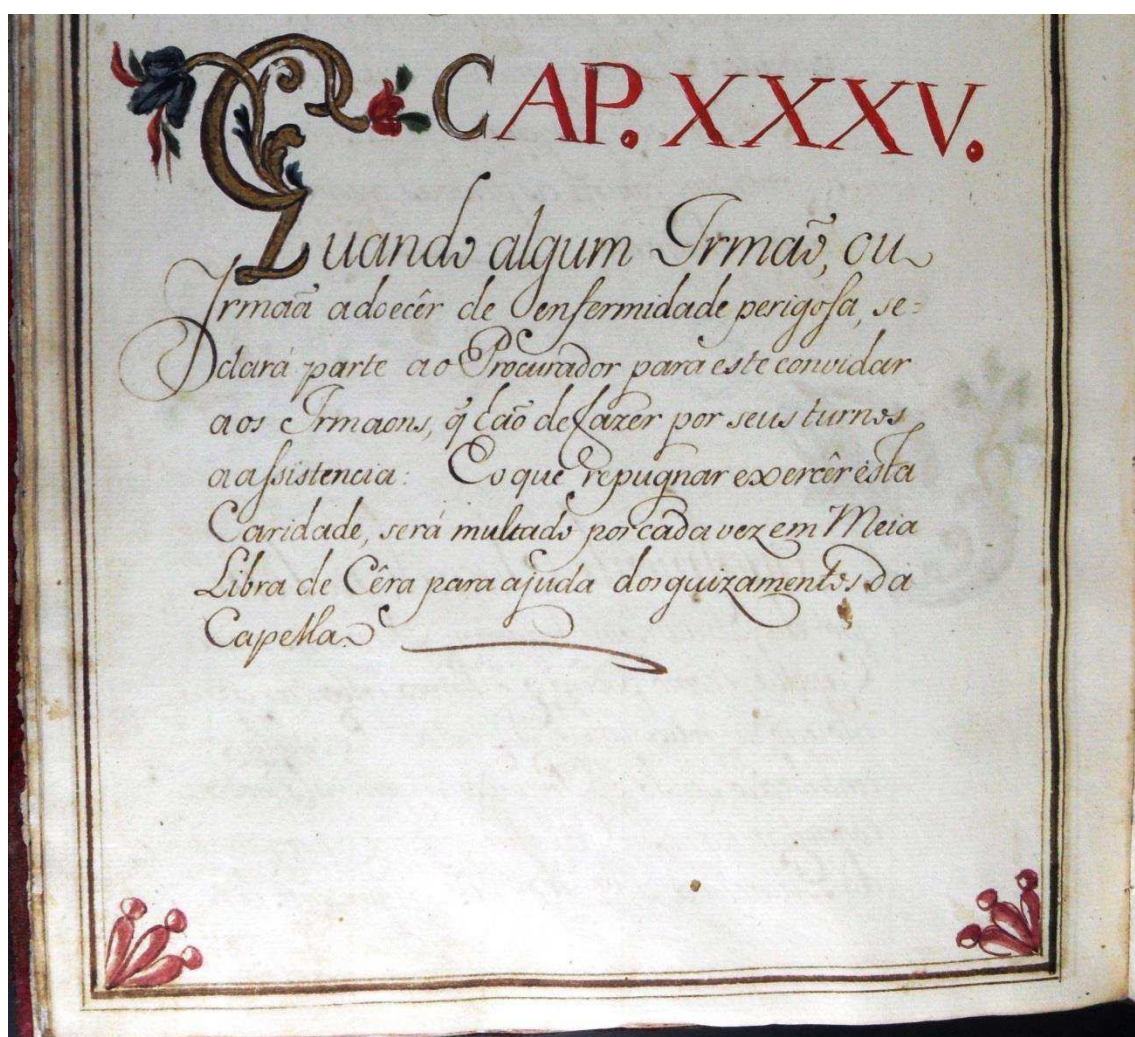
Capítulo VI.



Capítulo XII.

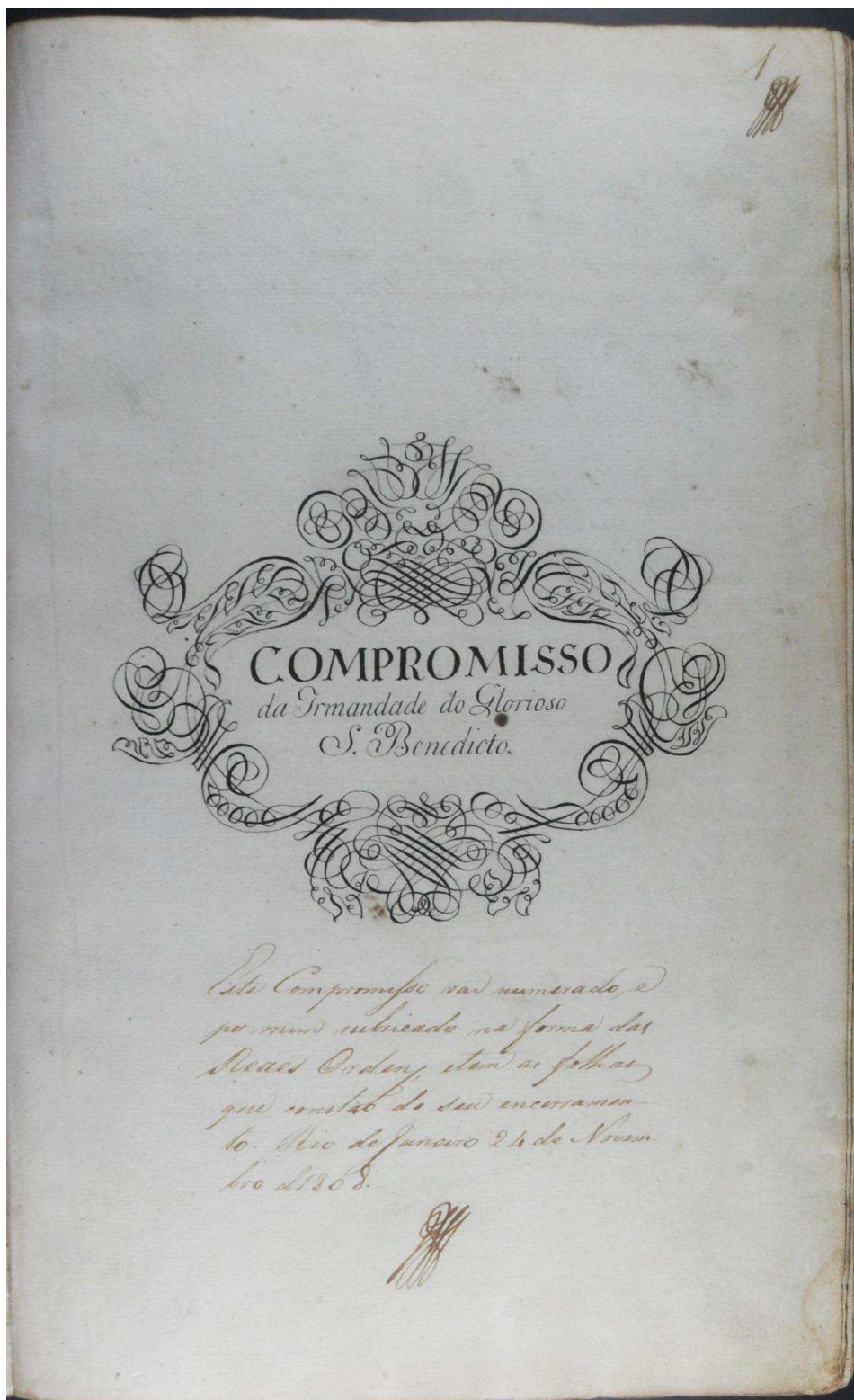


Capítulo XXI.



Capítulo XXV.

2. Anexos de alguns capítulos do Livro de Compromisso Irmandade do Glorioso São Benedito.



Primeira página do livro de Compromisso.

Cap. I.

Facha-se a nossa Irmandade erigida na Capella de N. Senhora do Rosario de sta Villa do Paracatu do Principe, e em hum Altar Collateral com retabulo pintado collocada a Imagem do Glorioso S. Benedicto, e no dicto Altar, e Capella sera' conservada com toda a decencia.

II.

Conservamos nesta nossa Irmandade os Ornamentos precizos p.^a se celebrarem os Cultos Divinos, e Santo Sacrificio da Missa, cujos Ornamentos se conservarão com toda a decencia, e juntam.^{te} a nossa Cruz, com vinte. Opas brancas com Murças pretas para divisa das mais Irmandades, o q' tudo sera' guardado de baixo de chave no caixão da Sacristia, encarrigado a o nosso Irmão Thezourero.

III.

Como a o tempo, em q' erigimos Esta nossa Irmandade assignou cada hu dos Irmãos, que nella servem seu termo de entrada em o Livro, q' para este effeito estava destinado; queremos que este Livro se conserve, e tenham rigor os termos das entradas dos Irmãos, que nelle assignarão; pois não he justo, que os nossos Irmãos vivos, auzentes, e defuntos, q' com tanto zelo tem concorrido para o augmento desta nossa Irmandade, deixem de participar dos suffragios, e officios Divinos da Mesmia: e no dicto Livro se ira' continuando a lavrar os termos dos Irmãos, que novamente entrarem.



Capítulo IV.

XIX.

Se algum dos nossos Irmãos adoecer gravemente, o Mordomo Maior, e mais Officiaes de Mesa o irão exhortar a que se confesse, e sacramento, e faça seu testamento, dispondo sua vida, e alma para o q' De-
us for servido: e estando em perigo de vida lhe assistirão dois Irmãos, rendendo-se a os quartos até seu fallecimento: e sendo o nosso Irmão enfermo tão pobre, que não tenha com q' supprir a molestia, usará a nossa Ermandade do zelo, e charid.^e de pedir esmolas pelos fieis p.^o socorrerem a sua extrema necessidade.

XX.

Hum mês depois da nossa festa, darão os Officiaes, e Irmãos, que acabarem, posse a os novamente eleitos, e á estes apresentarão suas Contas em Mesa com toda a clareza, e individuação para a sua approva-
ção, fazendo-se de tudo termos em os Livros, que a Ermanda-
de terá para isso, os quaes Livros serão rubricados, e as Contas serão competentem.^{te} revistas, e julgadas.